



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

RAQUEL LOPES DE MEDEIROS SOUZA

**O PERFIL DOS ADOLESCENTES/JOVENS REITERANTES NO SISTEMA
SOCIOEDUCATIVO VIA PLANTÃO DE ATENDIMENTO INICIAL DE
FLORIANÓPOLIS/SC.**

FLORIANÓPOLIS
2012/1

RAQUEL LOPES DE MEDEIROS SOUZA

O PERFIL DOS ADOLESCENTES/JOVENS REITERANTES NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO VIA PLANTÃO DE ATENDIMENTO INICIAL DE FLORIANÓPOLIS/SC.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: prof.^a Dr.^a Vania Maria Manfroí.

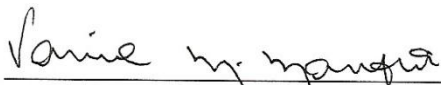
FLORIANÓPOLIS
2012/1

O PERFIL DOS ADOLESCENTES/JOVENS REITERANTES NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO VIA PLANTÃO DE ATENDIMENTO INICIAL DE FLORIANÓPOLIS/SC.

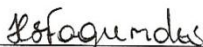
Elaborado por Raquel Lopes de Medeiros Souza

Este trabalho de Conclusão de Curso é requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e foi julgado e aprovado no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina pela Comissão constituída pelos membros:

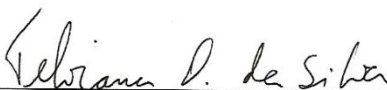
Banca Examinadora:



Prof.^a Dr.^a Vania Maria Manfro
Prof.^a Departamento de Serviço Social – UFSC
Orientadora



Prof.^a Dr.^a Helenara Silveira Fagundes
Prof.^a Departamento de Serviço Social – UFSC
1^a Examinadora



Mst. Telviana Domingues da Silva
Assistente Social do Plantão de Atendimento Inicial – PAI
2^a Examinadora

Florianópolis, 08 de Agosto de 2012.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado forças para ultrapassar todas as barreiras colocadas no decorrer deste percurso.

À Hilda e ao Sr. Marcos, que me possibilitaram essa escolha.

À minha querida Cecília, minha estrela maior, que será sempre o meu orgulho e que me presenteou com sua presença para que a reta final de chegada pudesse ser alcançada.

Ao Murilo e ao Luiz, também estrelas de minha vida, que me serviram de grande motivação para ir até o fim.

Aos meus colaboradores: Fábio, Jeane, Luciano, Sylvana, Odair, Valmir, D. Mariana e D. Neide, que muito me auxiliaram e que contribuíram positivamente para que eu atingisse meu objetivo.

À Telviana e Beatriz, que me orientaram e esclareceram minhas dúvidas surgidas durante o acompanhamento de suas atuações.

As minhas amigas de todas as horas de curso, Amanda e Fabiula, que estiveram sempre presentes e me ajudaram nos momentos de dificuldades.

À prof.^a Vania Maria Manfroí, que me orientou com muita paciência e dedicação, acreditando na minha capacidade e me proporcionando crescimento pessoal na construção deste trabalho.

Aos meus familiares, tanto da família Medeiros quanto da família Souza, por me ajudarem a alcançar esta vitória.

A todos, o meu sincero agradecimento por formarem, a minha volta, uma corrente de boa vontade.

MUITO OBRIGADA.

“Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender”.

Paulo Freire

RESUMO

SOUZA, Raquel Lopes de Medeiros. O PERFIL DOS ADOLESCENTES/JOVENS REITERANTES NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO VIA PLANTÃO DE ATENDIMENTO INICIAL DE FLORIANÓPOLIS/SC. 65p. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

O presente trabalho tem como objetivo a discussão em torno da reiteração de adolescentes/jovens no cometimento de ato infracional, buscando compreender a gama dos possíveis fatores sociais que contribuem para tal. Portanto, trata-se de uma pesquisa quantitativa que optou por privilegiar o levantamento de dados através da análise documental investigativa, mediante fontes secundárias, das quais foi analisado um total de 592 Fichas de Identificação dos adolescentes/jovens ingressos no Sistema Socioeducativo em Florianópolis/SC via Plantão de Atendimento Inicial – PAI, nos anos de 2008 a 2012. Das Fichas de Identificação dos ingressos optou-se por analisar os quesitos que compreendem as seguintes informações: idade, escolaridade, local de residência, com quem residia no momento da apreensão, ato infracional cometido, entradas e saídas por meses e anos, medidas recebidas, encaminhamentos e comarca que originou o processo. Verificou-se, com este estudo, que este fenômeno se faz presente majoritariamente na vida dos adolescentes/jovens do sexo masculino, uma vez que do universo pesquisado, composto por 592 adolescentes/jovens, teve-se como reiterantes 72, dos quais 68 eram do sexo masculino e 04 do sexo feminino. Observou-se que a baixa escolaridade é comum na maioria dos sujeitos que compõem o universo desta pesquisa e que, quando da sua inserção no Sistema Socioeducativo, estes se encontravam em situação de evadidos das respectivas instituições de ensino. Com essa sistematização dos dados levantados, buscou-se montar um perfil aproximado destes adolescentes/jovens que compõem o universo reiterante do PAI.

Palavras-chave: Reiteração. Ato infracional. Adolescentes/jovens. Direitos.

ABSTRACT

The present work aims at discussion of repetition of adolescent / youth in the commission of an offense, trying to understand the range of possible social factors that contribute to it. Therefore, it is a quantitative survey which chose to focus on data collection through analysis investigative documentary by secondary sources, which was analyzed a total of 592 Identification Cards adolescents / youth tickets Socio System in Florianópolis / SC via Duty Home Care - PAI, in the years 2008 to 2012. Identification Cards of the tickets we chose to analyze the items that include the following information: age, education, place of residence, who resided at the time of arrest, offense committed inputs and outputs for months and years, measures received referrals and county who originated the process. It is with this study, this phenomenon is present, mostly in the lives of adolescents / young males, since the research universe, composed of 598 adolescents / young people, had as reiterating 72, of which 68 were male and 04 female. We found that low education is common in most subjects that comprise the universe of this research and that when their integration into the Socio System, they were in their situation escaped educational institutions. With this systematization of collected data, we attempted to assemble an approximate profile of adolescents / young people who make up the universe reiterating the PAI.

Keywords: Reiteration. Offense. Adolescents / youth. Rights.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Idade na primeira entrada.....	36
Gráfico 2: Grau de escolaridade.....	37
Gráfico 3: Com quem residia no momento da primeira entrada.....	38
Gráfico 4: Ato infracional cometido na primeira entrada.....	39
Gráfico 5: Medidas recebidas.....	42
Gráfico 6: Encaminhamentos da segunda entrada.....	43
Gráfico 7: Comarca que originou o processo.....	44
Gráfico 8: Local de residência no momento da primeira entrada.....	45
Gráfico 9: Ato infracional cometido na segunda entrada.....	48
Gráfico 10: Medidas recebidas na segunda entrada.....	49
Gráfico 11: Encaminhamentos da segunda entrada.....	50
Gráfico 12: Ato infracional cometido na terceira entrada.....	54
Gráfico 13: Medidas recebidas na terceira entrada.....	55
Gráfico 14: Encaminhamentos da terceira entrada.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Primeira entrada e saída por meses de 2008 a 2012.....	40
Tabela 2: Primeira entrada e saída por ano de 2008 a 2012.....	41
Tabela 3: Segunda entrada e saída por ano de 2008 a 2012.....	46
Tabela 4: Segunda entrada e saída por meses de 2008 a 2012.....	47
Tabela 5: Terceira entrada e saída por ano de 2008 a 2012.....	52
Tabela 6: Terceira entrada e saída por meses de 2008 a 2012.....	53

LISTA DE SIGLAS

CAP – Centro de Atendimento Provisório

CASE – Centro de Atendimento Socioeducativo

CASEP – Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório

CER – Centro Educacional Regional

CERENE – Centro de Recuperação Nova Esperança

CIP – Centro de Internação Provisória

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

ECA – Estatuto da Criança e do adolescente

LA – Liberdade Assistida

PSC – Prestação de Serviços a Comunidade

PLIAT – Plantão Interinstitucional de Atendimento

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SOA – Sistema de Orientação ao Adolescente

SDH – Secretaria de direitos Humanos

SUMÁRIO

1.0 INTRODUÇÃO.....	11
2.0 UMA REFLEXÃO ACERCA DA RELAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL E AS CONDIÇÕES SOCIAIS QUE CONTRIBUEM PARA O COMETIMENTO REITERADO DE ATOS INFRACIONAIS POR PARTE DOS ADOLESCENTES/JOVENS.....	15
2.1 ADOLESCÊNCIA/JUVENTUDE E ATO INFRACIONAL: REITERAÇÃO DO ATO INFRACIONAL.....	21
3.0 ENTRE O COMETIMENTO DO ATO INFRACIONAL E A REITERAÇÃO: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS LEVANTADOS.....	33
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO ONDE FOI REALIZADA A PESQUISA.....	33
3.2 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS DA PRIMEIRA PASSAGEM.....	35
3.3 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS DA SEGUNDA PASSAGEM.....	45
3.4 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS DA TERCEIRA PASSAGEM.....	51
4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERENCIAS.....	62
ANEXOS.....	67

1.0 INTRODUÇÃO

O presente trabalho decorre da necessidade de realizar uma monografia para a conclusão da graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina e do crescente interesse em compreender de forma mais aprofundada o contexto que envolve os adolescentes/jovens em conflito com a lei. Esse interesse surgiu com as experiências vivenciadas durante minha inserção como estagiária no Plantão de Atendimento Inicial - PAI - de Florianópolis/SC, que está diretamente vinculado à Política da Criança e do Adolescente.

A inserção no campo de estágio permitiu uma aproximação com os adolescentes/jovens autores de atos infracionais e despertou meu interesse em pesquisar sobre os possíveis motivos que levam os adolescentes/jovens a reiterarem no cometimento de ato infracional e sobre as implicações desse ato, ocasionando o retorno deles à Unidade de Atendimento Socioeducativo.

Neste período de acompanhamento dos atendimentos realizados aos adolescentes/jovens ingressos na Unidade, chamou minha atenção o fato de na mesma não haver dados já sistematizados que permitissem ter uma dimensão do perfil e do número que compõe o universo dos adolescentes/jovens que reiteraram no cometimento de atos infracionais. Surgiu, assim, o interesse em fazer esse levantamento, na tentativa de mostrar, em números, tal universo, e também montar um perfil aproximado desses adolescentes/jovens para conhecer a gama dos prováveis motivos que os levam a reiterarem no Sistema Socioeducativo via PAI. Recorro, aqui, a Gil (1991), que defende que a pesquisa é necessária sempre que não houver informações suficientes para responder a alguma questão ou, quando de suas respectivas existências, não estejam sistematizadas de forma a dar respostas ao problema.

Buscamos compreender quais as reais condições em que esta reiteração acontece e analisar qual a resposta que o Poder Público vem dando à problemática, uma vez que no período que compreendeu a inserção no campo de estágio, foi possível observar que a rotatividade dos adolescentes/jovens pelas instituições ocorre com alto grau de frequência e muitas vezes, em decorrência de conflitos instaurados pelos próprios adolescentes/jovens, o que faz com que a Unidade, em vez de trabalhar com o conflito, transfira o adolescente/jovem na intenção de facilitar o trabalho, buscando sempre que o adolescente/jovem se molde aos

parâmetros instituídos por ela, em vez de aprender a lidar com a singularidade de cada adolescente/jovem.

O principal objetivo deste estudo foi o de analisar, mediante o instrumental utilizado na Unidade para identificação dos adolescentes/jovens, o número e os respectivos motivos pelos quais houve a reiteração por parte dos mesmos, desde o ano de 2008 até o presente ano de 2012. Para alcançar nosso intento, estabelecemos alguns objetivos específicos, como, por exemplo, recuperar brevemente elementos da trajetória do Atendimento dado aos Adolescentes Autores de Ato Infracional; identificar os fatores que podem influenciar na reiteração desses adolescentes/jovens; e verificar qual o trato ou resposta que vem sendo dada a essa demanda por meio das Políticas Públicas voltadas para esse segmento da população. Assim, a questão norteadora refere-se às causas e consequências da reiteração do adolescente/jovem e às respostas que o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vem dando a essa problemática.

A construção metodológica deste trabalho deu-se através de uma pesquisa documental exploratória de caráter quantitativa. Segundo Gil (1991, p.19), pode-se definir pesquisa como: “[...] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Os procedimentos utilizados para coletar os dados contidos no presente trabalho incluíram fontes secundárias, mediante a análise de documentos, dos arquivos da Unidade, denominados Ficha de Identificação dos adolescentes/jovens ingressos, e o levantamento bibliográfico sobre a temática. Foram analisadas 592 Fichas de Identificações, sendo possível verificar que 72 adolescentes/jovens reiteraram compondo a segunda entrada, 19 reiteraram compondo a segunda entrada, e, somente 01 reiterou compondo a quarta entrada, concretizando várias passagens no Sistema Socioeducativo via PAI, e deste universo, obteve-se um total de 68 adolescentes do sexo masculino e 04 do sexo feminino. Richardson (2008, p.71), em seu estudo sobre metodologia quantitativa, afirma: “Esse tipo de estudo deve ser realizado quando o pesquisador deseja obter melhor entendimento do comportamento de diversos fatores e elementos que influem sobre determinado fenômeno”.

A pesquisa abrangeu o período compreendido entre 02/07/2008 e 09/03/2012, tendo como data do início do levantamento de dados 05/03/2012 e do seu término, 09/03/2012. Foram analisadas as seguintes categorias presentes na Ficha de Identificação: idade, escolaridade, ato infracional, entradas e saídas por meses e anos, medidas decretadas pela Vara da Infância e Juventude, encaminhamentos dados, comarca que originou o processo,

local de residência e com quem residia. Entretanto, algumas das categorias analisadas, entre elas, idade, escolaridade, local de residência e com quem reside, só constavam quando da primeira inserção dos adolescentes/jovens na Unidade, não sendo atualizadas nas demais passagens. Ressalto que as informações relacionadas à data do cometimento do ato infracional e à abertura do processo tiveram baixo índice de aparecimento nas Fichas de Identificação analisadas, não sendo possível mantê-las sistematizadas com os demais dados coletados. Gil (1991, p.45) ajuda a compreender as etapas necessárias para a elaboração de pesquisas, ratificando que as pesquisas de cunho exploratório têm como objetivo:

[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado [...].

Sendo assim, o presente trabalho foi organizado em três seções. A primeira seção contempla a problematização dos conceitos utilizados para a definição de adolescência, ato infracional e reiteração, recuperando brevemente elementos da histórica trajetória da criança e do adolescente. Aborda também as legislações atuais no que tange às medidas destinadas aos adolescentes/jovens reiterantes na prática de atos infracionais, resultando para os mesmos os conflitos com a lei. E busca compreender, através das categorias analisadas, retiradas dos dados obtidos da Ficha de Identificação, os possíveis motivos que levam estes adolescentes/jovens ao cometimento de atos infracionais e/ou a permanecerem nestas práticas, ocasionando as suas reiterações no cometimento e, concomitantemente, suas inserções no Sistema Socioeducativo via PAI.

A segunda seção deste trabalho buscou sistematizar os dados investigados e colhidos na Ficha de Identificação, de forma a alcançar uma aproximação do perfil dos adolescentes/jovens que ingressaram na Unidade e retornaram mediante a reiteração no cometimento de atos infracionais. Estes dados são aproximados, uma vez que o percentual quantificado também não teve um alcance de 100% do real, pois não foi possível o acesso às Fichas de Identificação daqueles adolescentes/jovens que passaram pela Unidade, porém, no momento da sistematização/levantamento de dados já tinham alcançado a maioria (21anos) prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, não constando mais suas Fichas de Identificação nos arquivos investigados, o que permitiu apenas colher dados aproximados do universo real dos ingressos.

A terceira e última seção teve como objetivo tecer algumas considerações conclusivas sobre o que foi proporcionado alcançar com a pesquisa e dar algum retorno para a Unidade,

que possibilitou a coleta dos dados que compõem a base central do estudo para que este se concretizasse.

2.0 UMA REFLEXÃO ACERCA DA RELAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL E AS CONDIÇÕES SOCIAIS QUE CONTRIBUEM PARA O COMETIMENTO REITERADO DE ATOS INFRACIONAIS POR PARTE DOS ADOLESCENTES/JOVENS

Neste capítulo, teceremos algumas considerações acerca das condições sociais como fatores que contribuem para o cometimento reiterado de atos infracionais, por parte dos adolescentes/jovens, e acerca das consequências da inserção desses adolescentes/jovens no Sistema Socioeducativo.

Compreendemos que os fatores que contribuem para a reiteração no cometimento de atos infracionais pelos adolescentes/jovens compõem a gama das expressões da ‘questão social’ que, segundo Pastorini (2004, p.45), na contemporaneidade, “[...]apresenta novas determinações em relação às que existiam anteriormente”, tendo em vista que “as mudanças vividas nas últimas décadas relacionam-se com as condições impostas pela ‘globalização’ financeira”.

Em suas reflexões sobre a situação brasileira relacionada à questão social, Tejedas (2007, p.88) diz o seguinte:

A partir da década de 1930, tem-se no Brasil uma maior expansão industrial, havendo uma transição do modelo agrário-exportador para o urbano industrial e, com isso, uma importante migração de populações rurais para as grandes cidades, visando à sua inclusão na emergente indústria nacional. Com isso a questão social brasileira passou a ser redesenhada, já não mais focada na relação escravocrata, mas no surgimento do proletariado, nas precárias condições de trabalho, na exploração intensiva da mão-de-obra, com baixos salários e o uso do trabalho infantil e feminino. Ao mesmo tempo, uma maior concentração populacional nas cidades trouxe consigo problemas, tais como: precárias condições de saneamento, déficit habitacional e de infra-estrutura de serviços públicos. Dá-se início ao processo de favelização das populações urbanas nas grandes cidades, o qual veio ao longo do tempo, favorecendo um recrudescimento da questão social.

Sendo assim, a questão social, como uma consequência atual do desenvolvimento industrial, “[...] é indissociável da forma de organização da sociedade capitalista, e diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais nela engendradas, impensáveis sem a intermediação do Estado”. Iamamoto (2002 apud SALES, MATOS e LEAL, 2006 p.268).

Também dando sua contribuição acerca da compreensão da questão social, José Paulo Netto (2009, p.226) argumenta:

A pobreza não é exclusivamente um fenômeno de natureza econômica. Ela tem dimensões culturais, ela tem dimensões de sociabilidade, ela tem dimensões ligadas ao lazer, à saúde, à estrutura familiar, mas não se pode afastar de cena a sua elementariedade econômica.

No que tange às expressões da questão social, Sales (2007, p. 27) desenvolve um trabalho acadêmico sobre a visibilidade/ invisibilidade dos adolescentes que cometeram ato infracional, como metáfora da violência e como reforço da histórica criminalização da pobreza, a partir dos aparatos jurídicos estatais que atuam de forma seletiva. A autora afirma:

[...] Trata-se, portanto, de uma condição de visibilidade perversa, seletiva e reprodutora de discriminações históricas contra os setores mais pauperizados e insubmissos das classes trabalhadoras urbanas, promovida, dentre outros, pela ideologia jurídica hegemônica, com seu viés positivista de interpretação e prática do direito, fomentador do racismo nos encaminhamentos da justiça criminal.

Resgatando a dimensão da questão social, o trabalho, além de ser uma fonte para o provimento do sustento material, é entendido também como um meio de inserção social dos indivíduos, de reconhecimento e pertencimento dos mesmos. O que ocorre é que a sociedade contemporânea vivencia alterações constantes nas relações de trabalho quanto a sua flexibilização, precarização e desregulamentação. Sendo assim, devido ao atual processo de reestruturação produtiva e ao estágio de precarização da força de trabalho, está cada vez mais comprometida a possibilidade de inserção dos adolescentes/jovens no mercado de trabalho. Tal fato, para Tejedadas (2007, p.77), tem implicações negativas na construção da identidade dos adolescentes/jovens, pois o trabalho tem um significado social de extrema relevância, reconhecendo-se, através dele, o caráter do sujeito. Entretanto, quando alcançado pelos adolescentes/jovens, é “precarizado, descontínuo, distante dos moldes do trabalho estável”. Dessa forma:

Apresenta-se claramente um dilema: como planejar o futuro, construir um projeto de vida, se as ferramentas conhecidas não estão disponíveis? Como prever os acontecimentos da vida e planejar estratégias e metas, já que se deve viver o dia-a-dia? Parece que as expectativas sociais frente à juventude não se coadunam com as condições que estruturam a contemporaneidade (TEJADAS, 2007, p.78).

Levando em consideração a diversidade social das condições de existência juvenil em nosso país, percebemos que há alguns fatores que adiam a emancipação dos adolescentes/jovens, ocasionando um “prolongamento da juventude”. De fato, conforme Brandão e Heilborn (2006, p.1421):

nas últimas décadas, o percurso entre a infância e a idade adulta foi profundamente alterado nas sociedades ocidentais modernas. As mudanças no estatuto infantil, o redimensionamento da autoridade parental, as novas normas educativas, as transformações nas relações de gênero e entre gerações compõem novo cenário social e familiar. A extensão da escolarização e dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho acentuam a dependência do jovem em relação aos pais.

Por outro lado, Sales (2007, p.26) afirma que “[...] o contato com o mundo da criminalidade, sem dúvida, implica uma piora da qualidade de vida para o grupo doméstico como um todo, o qual combinado à exploração do mundo do trabalho e ao desemprego conduz a uma fatal perda de Horizontes.” A autora aponta relevantes fatores que contribuem para a inserção e reiteração dos adolescentes na prática do cometimento de atos infracionais, consistindo em atitudes violentas. Nas suas palavras:

Os adolescentes gostam de ser vistos [...], e, querem ser vistos associados à beleza, à irreverência e ao reconhecimento e prestígio social que ícones do mundo da cultura (música, teatro, cinema, etc.) e do esporte desfrutam; Na impossibilidade de gratificação imediata em termos de consumo, prazer, lazer, reconhecimento social (estimulados pela cultura de massas), devido às dificuldades de acesso a oportunidades sociais (escola, trabalho, remuneração digna, etc.), muitos jovens aderem aos apelos da criminalidade em seus diversos matizes: furtos, assaltos, tráfico, etc.; Os adolescentes compreendem o poder e a força da imagem que os associa à rebeldia, a comportamentos transgressores e à violência, e tiram partido dela; [...]. (SALES, 2007, p.28-29).

Concordamos também com Tejedas (2007, p.80) quando ela discute, em seu estudo, sobre as várias implicações do fato do adolescente/jovem reiterar no cometimento de atos infracionais. Segundo a autora: “pode-se afirmar que o binômio construído historicamente, o qual articula pobreza e criminalidade, aqui se referindo à prática do ato infracional, não pode ser considerada uma ‘verdade’ em si, uma vez que também se articulam ao fenômeno outras questões de natureza distinta”. Dentre os fatores que, segundo a autora, são responsáveis pela reiteração, está a não permanência em instituição de ensino. Com efeito, quando investigamos as Fichas de Identificação dos adolescentes/jovens ingressos no Plantão de Atendimento Inicial de Florianópolis – PAI, constatamos que a maioria deles não se encontrava inserida em instituição de ensino no momento de suas respectivas inserções no Sistema Socioeducativo. Na Ficha de Identificação, consta como justificativa para a não permanência na instituição de ensino, o desinteresse pelos estudos, o que remete à interpretação de uma rejeição à escola. Camacho (2004, p. 330), em sua pesquisa sobre a vida escolar da juventude atual, levanta alguns aspectos que podem influenciar na construção, por parte dos adolescentes/jovens, desta rejeição à vida escolar. Segundo a autora: “[...] como o aluno pode se interessar pelo trabalho

escolar quando ele é fragmentado, caótico e desconexo, indaga-se, também, como esse aluno pode se interessar [...] se ele é tratado nas instituições educativas, como um ser fragmentado, separado e desarticulado?”. Compartilhando da ideia defendida por Camacho, Libâneo (1994 apud TEJADAS, 2007, p.251) afirma:

Quando um aluno não consegue aprender, abandona os estudos ou se interessa pouco pela escola, considera-se que são problemas individuais dele, descartando-se outras explicações, como as condições sócio-econômicas, a desigualdade social e a responsabilidade da própria escola. Esta é a visão conservadora da escola. Na verdade, entendê-la como meio de adaptação à sociedade vigente é acreditar que esta é boa, justa, que dá oportunidades iguais a todos; que o sucesso na vida depende somente das aptidões e capacidades individuais; que o aproveitamento escolar depende exclusivamente do esforço individual do aluno. Esta idéia não corresponde à realidade.

Igualmente outros autores nos ajudam a pensar no real alcance do Sistema Socioeducativo para não cairmos no discurso de marginalização da pobreza, uma vez que a formatação do Sistema tende a enquadrar apenas as classes menos favorecidas, cultural, social e economicamente. Mas isso não significa que somente os adolescentes/jovens que se encontram inseridos nas camadas mais “empobrecidas” cometem atos infracionais. Portanto, segundo Veronese, Quandt e Oliveira (2001, p.34):

Na realidade, nossas crianças já não têm infância em razão de sua miséria, o que conduz a uma análise séria: a adolescência envolvida com a criminalidade se constrói a partir da negação de direitos – escola, saúde, família, profissionalização... Ainda que não possamos esquecer a criminalidade das classes A e B, estas marcadas por uma “prática social” que a lei não os alcança.

Levando em conta o que foi exposto, é necessário enunciar de quais adolescentes/jovens estamos tratando quando falamos de fatores que contribuem para a reiteração na prática de cometimento de atos infracionais, pois conforme Foucault (1987, p. 243),

[...] seria hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo mundo e em nome de todos. É mais prudente reconhecer que ela é feita para alguns e se aplica a outros; que, em princípio, ela obriga a todos os cidadãos, mas se dirige principalmente às classes mais numerosas e menos esclarecidas.

Julgamos importante observar que esse segmento da população que se encontra vivendo em condições sociais precárias é levado a reforçar, em seu cotidiano, a falta de pertencimento ao usufruto dos bens produzidos socialmente, ao espaço público, e por isso sofre preconceito. Como ressalta Tejas (2007, p.18), falta, para esses adolescentes/jovens, “[...] espaços de acolhimento (como a escola, por exemplo), de identificação (enquanto membro da sociedade), de construção de perspectivas de vida orientadas por projetos socialmente aceitos (o desemprego, por exemplo) [...]”.

Na verdade, essa população de adolescente/jovem enquadra-se, muitas vezes, naquele estereótipo de pobre, negro, semianalfabeto e morador de comunidades pobres, sendo este o único espaço que a sociedade lhes oportuniza, um espaço que os expõe a riscos sociais e os impossibilita de ressignificar sua identidade, como sujeitos que fazem parte da sociedade. E esse adolescente/jovem só alcança visibilidade na mídia quando se insere no Sistema Socioeducativo, que historicamente o trata como se ele acabasse de nascer no momento em que cometeu o ato infracional, sem levar em consideração o seu processo histórico pessoal e a falta de estrutura social para a sua inserção como partícipe da cena social construída cotidianamente. Na concepção de Sales (2007, p.226),

[...] de modo geral, a violência envolvendo crianças e adolescentes esgota-se como um caso de polícia. Faltam históricos (o recurso a histórias de vida, por exemplo), que os consultores chamam de “per se” da causa, que contribuam para explicar os motivos da violência, e também não há um foco nas soluções. [...] a maioria dos jornais apresenta o fato violento com crianças e adolescentes restrito à descrição do delito desfocado da conflitualidade que o engendrou. [...] os Boletins de Ocorrência (BOs) são adotados como parâmetro da verdade e suas informações publicizadas como se se tratassem de sentenças judiciais, quando servem apenas para o registro inicial para a abertura de um processo.

O adolescente é exposto também à “vulnerabilidade penal”, que o enquadra como infrator pelo simples fato de sua presença nas ruas de comunidades pobres. Na realidade, ele passa a utilizar-se da violência para se “inserir” de alguma forma na sociedade, mesmo que seja através da reiteração no cometimento de atos infracionais. Como bem explicam Soares, Bill e Athayde (2005, p.215): “Há uma fome mais funda que a fome, mais exigente e voraz que a fome física: a fome de sentido e de valor; de reconhecimento e acolhimento; fome de ser – sabendo-se que só se alcança ser alguém pela mediação do olhar alheio que nos reconhece e valoriza”.

Sensibilizados com a situação adversa em que se encontram esses adolescentes/jovens, Veronese, Quandt e Oliveira (2001, p.35) advertem:

Faz-se necessário suscitar uma nova opinião pública, no sentido de desmistificar, de romper com o instituído, de que a criança ou o adolescente oriundos das classes sociais desprovidas materialmente não são os “pivetes”, os “trombadinhas”, os tão estigmatizados “menores”. É contra esse discurso já “aceito” pelo senso comum que devemos nos insurgir.

Diante dessas considerações acerca de alguns fatores que contribuem para a reiteração na prática do cometimento de atos infracionais, compreendemos que o Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente/jovem está organizado de forma a evitar, quando da

prática do cometimento de atos infracionais, que a reiteração se faça presente na realidade do adolescente/jovem, da família, da comunidade e do Estado em si. Entretanto, percebemos a não efetivação desse objetivo no cotidiano da sociedade brasileira. Segundo Santos (2012, 125):

A criminalização primária produz a criminalização secundária, conforme o modelo sequencial do *labelling aproach*: a rotulação como infrator produz carreiras criminosas pela ação de mecanismos pessoais de adaptação psicológica à natureza do rótulo, combinada com a expectativa dos outros de que o rotulado se comporte conforme a rotulação, praticando novos crimes.

Sendo assim, a inserção dos adolescentes/jovens reiterantes na prática de atos infracionais no Sistema Socioeducativo implica em algumas consequências que podem se tornar desastrosas e marcantes na vida dos mesmos, pois esse sistema pode atribuir ao adolescente/jovem etiquetas, estigmas e status em virtude da sua reiteração na prática do cometimento de atos infracionais, reforçando o que lhes é atribuído. Conforme ratificado por Tejadas (2007, p. 264):

Apresenta-se a perspectiva do etiquetamento do adolescente no Sistema, provocado pela reincidência e reforçador de sua continuidade. O adolescente reincidente ocupa lugar específico no Sistema, com unidade de internação própria, na qual os controles e a perspectiva prisional são acentuados. [...]. Dessa forma, ao adolescente reincidente é atribuído um status: o do reincidente, que passa a defini-lo como pessoa, carregando o estigma de ser alguém que não é mais passível de mudança, como portador de maior periculosidade.

Para o adolescente/jovem que está “predestinado” (aquele pobre, negro, semianalfabeto, em precárias condições sociais) ao Sistema Socioeducativo, reforçar essas atribuições significa submetê-lo à aceitação do que lhe é imposto, uma vez que, como discutimos anteriormente, em muitas situações, falta a esses adolescentes/jovens o sentimento de pertencimento, de identidade. Sem dúvida, a atribuição de um estigma acaba por internalizar, nesses adolescentes/jovens, a identidade de alguém, não importando a eles a negatividade que é atribuída à mesma.

De igual modo, Moraes (2010, p.112) ratifica as implicações negativas que podem ocorrer no etiquetamento desses adolescentes/jovens: “A etiqueta cria expectativas porque produz uma conduta conforme as expectativas sociais existentes em relação àquela conduta, ou seja, o adolescente vai se comportar conforme a etiqueta posta.”

Nas análises da pesquisa de Tejadas (2007), pudemos verificar que não se conseguiu provocar algum impacto nos adolescentes/jovens que ingressaram no Sistema Socioeducativo, de forma a causar uma ruptura com a prática do cometimento de atos infracionais. Ou seja, os

resultados que estão propostos a alcançar com a imposição de medidas socioeducativas têm sido inversamente proporcionais ao esperado. Dessa forma, para conseguir tais resultados,

[...] as medidas socioeducativas deveriam ter oferecido intervenções que agregassem elementos novos à identidade, que valorizassem as potencialidades e proporcionassem, por intermédio da experiência social, a vivência de valores na vida dos adolescentes. O Sistema priva o adolescente do direito à liberdade ou o limita, em razão do ato infracional cometido, e, em decorrência o mantém privado dos demais direitos. (TEJADAS, 2007, p. 263).

Finalmente, após algumas considerações acerca das condições sociais como fatores que contribuem/implicam para a prática reiterada do cometimento de atos infracionais pelos adolescentes/jovens e acerca das consequências da inserção destes no Sistema Socioeducativo, passaremos ao próximo subitem, para abordar o conceito de reiteração do ato infracional, mais voltado à “prática” dos adolescentes/jovens.

2.1 ADOLESCÊNCIA/JUVENTUDE E ATO INFRACIONAL: REITERAÇÃO DO ATO INFRACIONAL

Abordaremos, de forma sintética, neste capítulo, os conceitos de adolescência/juventude, com vistas a subsidiar a análise empírica, objeto da próxima seção do presente trabalho.

Os autores que compõem a bibliografia utilizada na construção deste trabalho: Volpi, Saraiva e Júnior (2006); Silva (2011); Rosa, Júnior e Rangel (2007); Fernandes (1998); Tejedadas (2007), concordam que, mesmo com os retrocessos e os avanços que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - trouxe, mediante a Constituição Federal de 1988, foi a partir deste documento que as crianças e os adolescentes/jovens no Brasil alcançaram o direito de serem reconhecidos como sujeitos de direitos perante a sociedade.

Para tratar da reiteração do cometimento de atos infracionais como fator a ser estudado no cotidiano desses adolescentes/jovens, é necessário entendermos que o adolescente/jovem se encontra em situação peculiar de desenvolvimento, conforme normatiza o artigo 5º do ECA: “Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento”.(BRASIL, 1990).

O termo adolescência, no dicionário da Língua Portuguesa significa, segundo Bueno (2007), “o período da vida entre a puberdade e a vida adulta (dos 14 aos 18 anos, aproximadamente); juventude”. Já o termo juventude quer dizer: “mocidade; adolescência; moçada”.

Entretanto, o ECA define que, juridicamente, são considerados crianças aqueles sujeitos com até 12 anos incompletos e adolescentes aqueles sujeitos entre 12 e 18 anos, podendo ser prorrogada a sua responsabilização, mediante este regimento, até os 21 anos, se o cometimento de ato infracional tiver ocorrido no período que compreende a fase da adolescência.

Porém, segundo a Lei 4.529, de 2004, que trata do Estatuto da Juventude, são considerados jovens aqueles sujeitos que têm idade entre quinze e vinte e nove anos, conforme o artigo 1º do § 1º, que diz: “I – Jovem-adolescente, entre quinze e dezessete anos; II – jovem - jovem, entre dezoito e vinte e quatro anos; III – jovem - adulto, entre vinte e cinco e vinte e nove anos”. Assim, concordamos que essa definição é mais ampla e, por conseguinte, utilizaremos, neste trabalho, o binômio adolescência/juventude, por compreendermos que a juventude engloba grande parte da adolescência e que ambas não podem ser analisadas separadamente.

No entanto, essa definição de adolescência/juventude não se pauta apenas na faixa etária. Para Calliari (2009, p.29), a problematização da juventude é tarefa difícil em virtude das discordâncias teóricas existentes. Com efeito, “[...] Num primeiro momento, ela parece associada à ideia de idade, logo, com características biológicas acentuadas. No entanto a significação de juventude se revela complexa”.

Ainda conforme a mesma autora, esta situação atual, em que os componentes da categoria juvenil são considerados “sujeitos de direitos”, foi uma construção que se adquiriu ao longo de décadas de lutas para garantir seus direitos, que foram efetivados a partir da década de 1990, como uma população alvo de políticas públicas. Concluindo, a autora citada, em seu estudo sobre a juventude, declara:

[...] consideramos prudente entender a existência de ‘juventudes’, que se diferenciam por possuírem demandas e expectativas singulares, relacionadas à territorialidade, ao gênero, à cor; que sofrem interferência tanto de classe para classe, quanto de geração para geração, e são determinadas, tanto por aspectos biológicos e etários, quanto pela interferência cronológica, sócio-cultural e psicológica. (CALLIARI, 2009, p. 60).

Desse modo, para tentar compreender o adolescente, é necessário que façamos uma análise com perspectivas amplas, devido ao fato de que, segundo Becker (1999, p.11), “[...] não existe uma adolescência, e sim várias. O próprio conceito de que ela é um fenômeno universal é muito duvidoso”. Efetivamente, este processo se dá em contextos em que atuam fatores sociais, culturais, familiares e pessoais, possibilitando vivências diferentes dessa fase para cada adolescente/jovem¹.

Para Zagury (1996, p. 24), a adolescência é caracterizada por uma fase de transição entre a infância e a juventude, período este que possibilitará à criança tornar-se um adulto. É possível observar, nesse espaço de tempo, como característica mais visível, o acentuado desenvolvimento físico, com fortes transformações internas e externas, e também as mudanças nos campos intelectual e afetivo.

Entretanto, Rosa, Júnior e Rangel (2007), ao estudar a adolescência, ressaltam que esta não deve ser resumida a uma fase de transição, devendo receber a valorização devida de suas “características específicas no marco do desenvolvimento humano”. Estão presentes nesta fase, como em todas as outras fases da vida, mudanças e transformações que contribuem para a construção de uma forma de ser presença no mundo, com suas afirmações e seus comportamentos. Para os autores, “[...] seria mais prudente nomearmos “adolescências” a esta etapa da vida marcada por enormes disparidades sociais e econômicas no Brasil.” (ROSA, JÚNIOR E RANGEL, 2007, p. 54).

Nesse sentido, também Moraes (2010, p.36 apud MARGULIS E URRESTI, 2000, p. 05), em seu viés sociológico, pressupõe que há algumas implicações que configuram diferentes juventudes, não se podendo, então, classificar esta categoria como única, homogênea, e sim a partir de dois fatores denominados de moratória vital e moratória social. A moratória social compreende o período da vida do jovem em que lhe são permitidas vivências sem a preocupação com as responsabilidades que permeiam o mundo dos adultos, o que, entretanto, não é alcançado por todas as classes sociais. Já a moratória vital, segundo esses autores, “[...] diz respeito ao aspecto energético do corpo próprio da juventude. [...]”, sendo comum a todos os sujeitos que se encontram na condição de adolescentes/ jovens.

¹ Na nossa concepção, a adolescência faz parte da juventude, uma vez que a faixa etária que comporta a adolescência, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, é aquela que vai dos 12 aos 18 anos, podendo ser prorrogada até os 21 anos. Está, em grande parte, compreendida dentro da juventude, pois o Estatuto da Juventude abrange como categoria juvenil aqueles que têm de 15 a 29 anos de idade.

Fazendo referência a esta fase da vida, em sua obra *La juventude es más que una palabra*, Margulis e Urresti (2000; p. 5) assim se expressam:

Em consecuencia, incorporamos también em la definición de juventud esa faceta dura, vinculada com el aspecto energético del cuerpo, com su cronología. Por outra parte, consubstancial a la definición de la categoría, hay um nivel que podríamos llamar “significativo”, que se mueve en el plano sociocultural. Ambos niveles están absolutamente integrados y no existen por separado, salvo a los efectos del análisis y de la crítica. Esta última se dirige, en este aspecto, a poner de manifiesto algunos discursos sobre la juventude, a los que llamamos culturalistas, que restringen la condición de juventude a los sectores medios y altos al centrar su definición exclusivamente em los elementos característicos de la moratoria social (de modo tal que los sectores pobres lejanos a esa moratoria social nunca llegarían a ser jóvenes), oscureciendo u olvidando la base fáctica (energía, moratoria vital, inserción institucional y también todo lo ya mencionado sobre el tema generacional), comunes a todas las clases.

Concluindo suas reflexões, Moraes (2010, p. 37) entende que o conceito de juventude traz em si mesmo uma “concepção de transitoriedade, e de que não há uma pertença definitiva dos indivíduos a grupos etários e sim uma passagem por eles”. E esta passagem é diferente, de acordo com a classe social em que está inserido cada adolescente/jovem. Ou seja, para os adolescentes/jovens das classes subalternas, que transitaram nestes grupos e que cometeram ato infracional neste período, esta se torna uma fase que poderá vir a marcá-los muito, pois dentro do contexto de envolvimento em atos infracionais há um etiquetamento que trará sérios prejuízos ao jovem e/ou adolescente. O etiquetamento a que foi sujeito, quando do período em que esteve tutelado, resultará na construção de um estereótipo de adolescente/jovem “perverso, inadaptado, perigoso, hediondo” conforme Tejedadas (2007), fator que poderá implicar em marcas que serão carregadas pelo resto de sua trajetória na vida adulta.

Isso se explica, historicamente, porque no Brasil, a justiça se fundamentava no debate internacional do século XIX, com base nas ideias que se construía na Europa e na América Latina², de modo que nem todos os adolescentes/jovens se tornaram centrais ou alvo da competência do Estado. Rizzini (2008, p.129), quando trata da Justiça de Menores no Brasil, diz que foi:

[...] concebida com um escopo de abrangência bastante amplo, seu alvo era a infância pobre que não era contida por uma família considerada habilitada a educar seus filhos, de acordo com os padrões de moralidade vigentes. Os filhos dos pobres que se encaixavam nesta definição, portanto passíveis de intervenção judiciária, passaram a ser identificados como ‘menores’.

² Não será tratada a história da trajetória da infância no Brasil, conforme o livro *O século perdido*, de Irene Rizzini (2008), entretanto, a obra da autora nos serviu como complemento para a construção do presente trabalho.

Para satisfazer a diferenciação de classe, continua a autora citada, criou-se o conceito de menor “[...] que divide a infância em duas e passa a simbolizar aquela que é pobre e potencialmente perigosa; abandonada ou ‘*em perigo de o ser*’; pervertida ou ‘*em perigo de o ser*’ [...]”, identificando-se esta como a criança filha da pobreza “[...] material e moralmente abandonada [...]”. (RIZZINI, 2008, p.26).

Em seus estudos, Tejedas (2008, p.48) assim se manifesta: “O início da intervenção estatal e jurídica frente à juventude é demarcado por uma indiferenciação entre situações de cometimento de ato infracional e de desproteção. De certa forma, para que fosse ‘protegido pelo Estado, era necessário “acusar” o jovem de alguma contravenção”. O que, em nosso entendimento, vem a ser contraditório, pois era necessário estar à margem da sociedade, ou seja, cometer alguma infração para ser acusado e assim alcançar uma proteção que deveria ser usufruída pelos adolescentes/jovens e trabalhada pelo Estado seguindo a lógica de que esta situação não se concretizasse na realidade de nenhum adolescente/jovem.

Os autores: Saraiva, Júnior e Volpi (2006, p.41), concordando com as Regras Mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça da infância e da juventude – Regras de Beijing, consideram que “infração é todo comportamento (ação ou omissão) penalizado com a lei, de acordo com o respectivo sistema jurídico” e que “jovem infrator é aquele a quem se tenha imputado o cometimento de uma infração ou que seja considerado culpado do cometimento de uma infração”.

Para Lima (2012), o cometimento do ato infracional, resguardado o direito da criança e do adolescente, é uma “referência para a mobilização do sistema de garantias de direito da criança e do adolescente, segundo o qual a família, a sociedade e o Estado devem compartilhar esforços para a superação do complexo fenômeno da violência”.

Sendo assim, não há possibilidade de tratar de adolescente/jovem, autor de ato infracional e com práticas reiteradas de condutas no cometimento de atos infracionais, sem mencionarmos em qual contexto social este se encontra inserido, assunto que aprofundaremos mais adiante. Com efeito, segundo Tejedas (2008, p.80):

O cometimento do ato infracional possui, certamente, inúmeras determinações, não sendo possível atribuí-lo a um único fator desencadeante, na medida em que é construído socialmente. Compõem o fenômeno aspectos estruturais relacionados ao contexto social mais amplo, às oportunidades de vida e acesso aos serviços sociais, aspectos subjetivos e familiares relacionados à constituição da identidade e à socialização do sujeito, bem como aspectos comunitários relacionados ao grupo de iguais, no qual o adolescente está vinculado e outras estruturas sociais que contribuam quanto à constituição da identidade. [...]

Consideramos importante transcrever, aqui, a definição de atos infracionais segundo o ECA (BRASIL, 1990), que preconiza em seu artigo 103: “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Também são considerados relativos ao ato infracional os artigos 104 e 105. O primeiro deles preconiza: “São penalmente inimputáveis³ os menores de 18 (dezoito) anos, sujeitos às medidas privatistas nesta lei”. E o artigo 105 declara: “Ao ato infracional praticado por crianças corresponderão as medidas previstas no artigo 101”. Consta ainda um parágrafo único do artigo 104: “Para os efeitos desta lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato”.

Segundo o levantamento realizado entre dezembro de 2009 e fevereiro de 2010, pela Secretaria de Direitos Humanos- SDH (SDH, 2010, p.154), em âmbito nacional, o universo dos adolescentes que ingressaram no Sistema Socioeducativo em razão de conflitos com a lei era constituído, no Brasil, por 16.940 adolescentes/jovens de ambos os sexos. Destes, 11.901 em internação, seguidos de 3.471 em internação provisória e de 1.568 em cumprimento de medida de semiliberdade. Foram identificados 732 do sexo feminino, o que corresponde a 4,32%, e do sexo masculino, correspondendo a 95,68%.

O ECA está dividido, basicamente, em dois eixos que compreendem: as medidas de proteção às crianças e aos adolescentes com direitos ameaçados e/ou violados pela família, pela sociedade, pelo Estado e por si mesmo; e as medidas socioeducativas que visam exclusivamente os adolescentes que cometeram ato infracional, os quais são responsabilizados estatutariamente pelo ato cometido. Pelo fato de serem inimputáveis, não recebem pena os menores de dezoito anos, ocasionando o recebimento de sanções que vão das mais leves às mais gravosas.

O cometimento de atos infracionais ocasiona, no direito da criança e do adolescente, a aplicação de medidas socioeducativas. Entretanto, para que se opte por qualquer uma dessas medidas, é necessário que se verifique à qual delas o adolescente tem maiores condições de adaptação e desenvolvimento. Conforme o artigo 112, do ECA:

³ O termo inimputabilidade penal refere-se a capacidade que têm a pessoa que praticou certo ato, definido como crime (infração), de entender o que está fazendo e de poder determinar se, de acordo com esse entendimento, será ou não legalmente punida. Podendo ser absoluta ou relativa. Ver em Wikipédia: www.pt.wikipedia.org/wiki/imputabilidade_penal.

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – prestação de serviços à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime de semi-liberdade; VI – internação em estabelecimento educacional; VII – qualquer uma das previstas no artigo 101, I a VI”. (BRASIL, 1990).

O artigo 115, do ECA, define que: “a advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada”. Para Silva (2008, p.25), “[...] esta medida tem como objetivo, a percepção do adolescente sobre sua conduta inadequada e adverti-lo sobre os riscos do envolvimento com o ato infracional, bem como prevenir a reincidência da prática de infrações”.

Já quando se refere à medida socioeducativa da obrigação de reparar o dano, o artigo 116 define que: “em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima”. Entretanto, caso o adolescente não tenha condições financeiras de restituir o bem subtraído, a medida poderá ser substituída por outra. No entender de Marques (2012, p.41):

Essa medida corre o risco de cair no vazio, uma vez que nem sempre o adolescente infrator terá como ressarcir os danos ou compensar o prejuízo causado à vítima. Um meio termo seria a chamada “solução mediada”, isto é, dar destaque à pedagogia da participação, tanto da vítima quanto do adolescente e de seu responsável, favorecendo uma compreensão dos fatos que transcenda o ‘meramente jurídico’ e o ‘meramente econômico’.

Por sua vez, o artigo 117 do ECA define a prestação de serviços comunitários, que “consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimento congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais”. O parágrafo único deste artigo recomenda: “As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho”.

Expressando seu ponto de vista a respeito dessas medidas, Rosa, Júnior e Rangel (2007, p. 39) afirmam:

As medidas de advertência, obrigação de reparar o dano e prestação de serviço à comunidade indicam nítida prevalência do caráter educativo sobre o punitivo. Buscam, amparados nas técnicas educativas voltadas à autocrítica e à reparação do dano, produzir no infrator a possibilidade de reafirmação dos valores ético-sociais.

Já no artigo 118 encontramos a seguinte proposição: “A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente”. Discorrendo sobre o assunto, Fernandes (1998, p. 131 e 132) assim se manifesta:

A medida de liberdade assistida se mostra bastante inovadora, aliás, como é o Estatuto em seu todo. Constitui um instituto jurídico sócio-educativo que deve ser escolhido, preferido, em todo caso concreto que se apresente como uma medida que encontre correspondência efetiva com suas finalidades: acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente infrator.

Externando um ponto de vista contrário ao de Fernandes, Silva (2011, p.184 e 185) entende que a liberdade assistida:

[...] prevista no ECA mantém claras características coercitivas, impositivas e sancionatórias, tendo em vista que se trata de uma medida imposta pela autoridade judicial em razão do cometimento de um ato infracional. Pressupõe a designação de um orientador, preferencialmente vinculado a programas de atendimento público governamental ou não governamental, com fins de acompanhar, fiscalizar, auxiliar, orientar e controlar o adolescente. Certamente por ser uma medida que exige um controle direto do orientador, se apresenta mais controladora, vigiada e coercitiva do que a PSC⁴, na qual o adolescente não mantém uma relação direta com o orientador, e sim com a instituição.

Já a semiliberdade é definida no artigo 120 “como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial”. Citamos mais uma vez Silva (2008, p. 27), porque esta autora adverte que “[...] a medida sócio-educativa de semiliberdade, apesar do evidente caráter pedagógico a que se propõe, em permitir que o adolescente trabalhe e estude durante o dia, não vem recebendo aplicabilidade na prática, pela ausência de programas específicos”.

Temos, ainda, no artigo 121, a definição de internação como: “medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”. Quanto a esses princípios, Gomes da Costa (2002 apud ROSA, JÚNIOR E RANGEL, 2007, p. 41) esclarece:

O princípio da brevidade enquanto limite cronológico; o princípio da excepcionalidade, enquanto limite lógico no processo decisório acerca de sua aplicação; e o princípio de respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, enquanto limite ontológico, a ser considerado na decisão e na implementação da medida.

⁴ A sigla PSC significa Prestação de Serviço à comunidade, sendo esta uma das medidas socioeducativas.

É relevante ressaltar que também são estabelecidas, nos artigos do ECA, garantias processuais para os adolescentes/jovens autores de atos infracionais, conforme podemos verificar a seguir:

- Artigo 110: “nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal”.

- Artigo 111: São assegurados aos adolescentes, entre outras, as seguintes garantias:

I – pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente; II – igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa; III – defesa técnica por advogado; IV – assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei; V – direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente; e, VI – direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

E segundo o ECA, qualquer das medidas socioeducativas citadas anteriormente pode ser aplicada exclusivamente para os adolescentes, isoladas ou cumulativamente com as medidas de proteção estabelecidas nos artigos 98 a 102, podendo ocorrer também a remissão da medida, de acordo com os artigos 126 a 128.

O Estatuto da Criança e do Adolescente ainda prevê a internação provisória ou cautelar, antes da sentença, pelo prazo máximo de 45 dias. Entretanto, esta não se constitui como medida socioeducativa, devendo ser efetivada em um Centro de Internação Provisório – CIP, conforme o artigo 108.

Apresentados os principais artigos do ECA que dispõem sobre ato infracional, considera-se importante situar a crítica feita por Silva (2011), no livro “Entre proteção e punição”, que faz aproximações comparativas entre os sistemas jurídicos penais dos adultos e dos adolescentes/jovens por entender que grande é a centralidade que o “crime/infração” ocupa na tramitação dos processos criminais. Para a autora:

O ECA tem como aporte a prevenção geral inscrita no Código Penal, que vai da comprovação do crime à aplicação das punições (medidas socioeducativas). Legitima as prisões para os adolescentes, posto que o encarceramento continua parte integrante do ideário jurídico, materializado pelos programas e pelas políticas sociais de enquadramento desse segmento na sociedade de classes. O ECA ficou preso a amarras punitivas do Código Penal e não revogou o mecanismo de controle sociopenal contido nesse Código. Sendo assim, essa semelhança restringe o atendimento do adolescente ao campo da Justiça Penal Juvenil como questão de segurança social, e afastando o atendimento na área da proteção e da seguridade social. O adolescente passa a receber uma intervenção punitiva pelo ato que

praticou, sem ser levada em consideração sua condição de pessoa em desenvolvimento. (SILVA, 2011, p.134).

Esta aproximação deveria se tornar inválida, uma vez que o ato criminoso cometido pelo adulto e o ato infracional cometido pelo adolescente/jovem, necessariamente, devem ter o processo penal organizado de forma diferente. Ou seja, a organização processual do adolescente “não pode partir da centralidade da categoria crime (investigação, julgamento e condenação do réu)”, como ocorre na organização processual do adulto.

Durante a inserção no Plantão de Atendimento Inicial – PAI, unidade de atendimento socioeducativo para adolescentes autores de ato infracional que cumprem medida cautelar de internação em Florianópolis, foi possível observar que a reiteração no cometimento de atos infracionais é uma prática que vem se transformando em algo muito comum quando se trata da trajetória do adolescente/jovem autor de ato infracional pelas instituições que atendem esse mesmo adolescente/jovem.

Entretanto, Tejedadas (2008, p.13), em sua pesquisa com adolescentes reiterantes autores de ato infracional, inseridos no Sistema Socioeducativo, na cidade de Porto Alegre, explica que o ato de reiterar, cometido pelo adolescente/jovem, faz com que essa categoria seja cada vez mais estigmatizada pela sociedade brasileira, sendo muito veiculada, pelos meios de comunicação, a “necessidade” de redução da idade penal como fator que pode vir a reduzir a reiteração e, conseqüentemente, a criminalidade.

Segundo a mesma autora, o tema é pouco discutido no meio acadêmico e não apresenta produções específicas a esse respeito, o que traz sérios prejuízos para uma aproximação e uma compreensão mais aprofundada de um tema que, segundo ela, “[...] constitui-se em uma caixa de ressonância das políticas públicas, pois remete a lacunas e limites do Sistema Protetivo proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA”. (TEJADAS, 2008, p.13).

Não resta dúvida de que o Estatuto da Criança e do Adolescente é a legislação que ‘rege’ a trajetória dos adolescentes autores de ato infracional, no sentido de ser a lei que fundamenta a necessidade ou não da aplicação das medidas socioeducativas mediante a constituição de provas da participação dos adolescentes/jovens em atos delituosos.

No entanto, podemos observar que a reiteração não é tratada com a relevância que lhe é devida, tendo em vista que constitui uma das razões pelas quais se aplica a medida mais ‘pesada’ ao adolescente quando do seguido descumprimento de outras medidas aplicadas anteriormente. Dessa maneira, o ECA aborda o tema da reiteração de forma muito superficial no artigo 122 da Seção VII, que trata da medida socioeducativa de Internação, a qual diz que a

medida de internação só poderá ser aplicada “[...] II- por reiteração no cometimento de outras infrações graves; [...]” (BRASIL, 1990). Este artigo explicita uma contradição, pois o Sistema Protetivo, que engloba as instituições de atendimento socioeducativo para os adolescentes/jovens autores de ato infracional, direciona a prática profissional no sentido de ressocializar esses adolescentes/jovens, de forma que a reiteração não se faça presente na trajetória de vida dos mesmos. O que nos parece surtir um efeito contrário ao esperado pelo Sistema Socioeducativo, haja vista a crescente reiteração de adolescentes/jovens no cometimento de atos infracionais percebida na trajetória institucional desses.

Com a recente decretação da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, que regulamenta a execução das medidas socioeducativas, esperamos que se consiga dar a relevância necessária ao tema do cometimento reiterado de atos infracional pelos adolescentes/jovens, pois o art. 25 desse Sistema preconiza: “A avaliação dos resultados da execução de medida socioeducativa terá por objetivo, no mínimo: [...] verificar a reincidência de práticas de ato infracional [...]”. Entretanto, mesmo se tratando da legislação atual, que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes/jovens que pratiquem atos infracionais, não houve mudança na nomenclatura, que deve ser diferenciada por se tratar de adolescentes/jovens, já que o termo reincidência⁵ é utilizado para se referenciar os sujeitos adultos, que são ‘regidos’ por legislações que regulamentam o Sistema Penal. O termo reiterado foi encontrado, neste regimento, no art. 43, no § 1º, que diz: “[...] II – a inadaptação do adolescente ao programa e o reiterado descumprimento das atividades do plano individual; [...]”, relacionado à reavaliação da manutenção, substituição ou suspensão das medidas.

No que tange a esse aspecto, a palavra reiteração vem sendo utilizada, historicamente, para relatar algo sobre a periculosidade do sujeito que passa pelo Sistema Penal, quando se trata dos adultos que cometem infrações, no sentido de medida do grau dessa periculosidade. De acordo com TEJADAS (2008, p.17), isso pode remeter a uma leitura com uma grande “[...] carga estigmatizante significativa sobre o indivíduo [...]”, implicando numa visão distorcida sobre as reais circunstâncias em que se apresenta a reiteração. Referindo-se à utilização desse termo, Carvalho (2001 apud TEJADAS, 2008, p.18) afirma:

⁵ O termo reincidência, no dicionário da Língua portuguesa, significa, segundo Bueno (2007): “teimosia; repetição; recaída”.

O rótulo da reincidência estabeleceria papéis e estigmas – perverso, inadaptado, perigoso, hediondo -, gerando expectativas do público que consome o sistema penal. Tal expectativa atua nitidamente como influência, potencializando o comportamento futuro do “reincidente”. Criar-se-iam novos status nas relações em sociedade, e o “crime” é também um status (negativo), que tendem a negar a finalidade oficial da pena – ressocialização.

Em seu artigo sobre a mesma temática, Tejedadas (2005, p.09) conclui, frisando: “[...] dessa forma, ao adolescente reincidente é atribuído um status: o do reincidente, que passa a defini-lo como pessoa, carregando o estigma de ser alguém que não é mais passível de mudança, como portador de maior periculosidade”. Ou seja, o fato de nomear um adolescente/jovem como reiterante pode ocasionar um atendimento que reforce esses papéis por parte do Sistema Socioeducativo de atendimento aos adolescentes/jovens autores de ato infracional.

Embora o Sistema Socioeducativo não tenha sido pensado no sentido de que seja igual ao Sistema Penal em geral, há aproximações que podem ser feitas, por se tratar de sujeitos de direitos que se encontram na condição da perda do direito de ir e vir em virtude da privação da sua liberdade por um espaço de tempo.

Como observa muito bem Zaffaroni (2001, p.60):

[...] Cada um de nós se torna aquilo que os outros veem em nós e, de acordo com esta mecânica, a prisão cumpre uma função reprodutora: a pessoa rotulada como delinquente assume, finalmente, o papel que lhe é consignado, comportando-se de acordo com o mesmo. Todo o aparato do sistema penal está preparado para essa rotulação e para o reforço desses papéis.

Fazemos novamente referência a Tejedadas (2005), porque a autora conclui, em seu artigo sobre a mesma temática, que o sistema “[...] reforça a história de segregação e de baixa auto-estima, ou seja, as determinações da esfera privada e da ausência do Estado compoem engrenagens que se reforçam mutuamente na reprodução da reincidência”. (TEJADAS, 2005, p.19).

Após ter abordado o conceito de reiteração do ato infracional mais voltado à “prática” dos adolescentes autores de ato infracional, apresentaremos, na próxima seção, a sistematização dos dados coletados na pesquisa, por meio da Ficha de Identificação dos adolescentes/jovens que ingressaram no Sistema socioeducativo via Plantão de Atendimento Inicial – PAI – de Florianópolis/SC.

3. ENTRE O COMETIMENTO DO ATO INFRACIONAL E A REITERAÇÃO: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS LEVANTADOS

O interesse em realizar a pesquisa sobre o universo dos adolescentes/jovens que reiteram na prática de cometimento de atos infracionais ocorreu mediante a inserção no Plantão de Atendimento Inicial – PAI – de Florianópolis, para a realização do estágio curricular obrigatório I e II, o que proporcionou um primeiro contato com adolescentes/jovens que se encontram nesta situação, e instigando a tentar compreender o que os leva a estarem nesta condição e, mais, o que os leva a nela permanecerem.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO ONDE FOI REALIZADA A PESQUISA

A instituição surgiu em 1988, como Centro de Atendimento Provisório – CAP, previsto pelo Código de Menores de 1979, objetivando atender crianças e adolescentes em situação de risco. Esse Centro foi extinto no ano de 1990 e substituído pelo Centro de Internamento Provisório – CIP, atendendo à Lei nº 8069/90, que dispõe, em seu Artigo 108, sobre o internamento provisório por prazo máximo de 45 dias. Este outro órgão funcionou por um período de três anos e, devido às especificidades inerentes ao atendimento socioeducativo, esta demanda foi transferida para o Centro Educacional Regional São Lucas, localizado no município de São José.

Surgiu então, em 1993, o Sistema de Orientação ao Adolescente – SOA, objetivando atender adolescentes em conflito com a lei, em sistema de plantão, conforme artigo 175 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em seguida, foi inaugurado, no dia 1º de setembro

de 1995, o PLIAT – Plantão Interinstitucional de Atendimento, com nova estrutura organizacional e administrativa.

A partir deste período, o PLIAT objetivava atender adolescentes/jovens (do sexo feminino e masculino) em conflito com a lei, da região da Grande Florianópolis, por um prazo não superior a 72 horas. Aproximadamente em meados do ano de 2004, a Unidade deixou de ter estas características, ou seja, não funcionou mais em regime de Plantão e passou a trabalhar com a medida de internação, porque havia um déficit de vagas⁶ no Estado.

Em março de 2008, iniciou-se o atendimento da Central de Triagem, onde os adolescentes deveriam permanecer por um prazo máximo de 05 dias. E no dia 16 de abril de 2008, ocorreu a transferência dos adolescentes (masculinos) atendidos no PLIAT para o CER São Lucas, onde as adolescentes eram atendidas.

Em razão da ausência de vagas no Estado, principalmente após o fechamento do CER São Lucas, em dezembro de 2010, a Central de Triagem do PLIAT - CTP, passou a trabalhar atuando como Centro de Internação, ou seja, os adolescentes permaneciam muito mais do que 05 dias em um espaço que não havia sido criado para este fim, tornando a situação insustentável. Após diversas visitas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a Central de Triagem foi interditada.

Assim, o Juizado da Capital, através da Portaria nº 02/2011, resolveu suspender as atividades da Central de Triagem, por prazo indeterminado, e o espaço onde funcionava o CTP passou por reformas, iniciando-se, em julho de 2008, as atividades de um Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório – CASEP.

Em decorrência da criação da Secretaria de Justiça e Cidadania, em maio de 2011, houve um reordenamento institucional do Sistema Socioeducativo Catarinense, culminando com alterações nas nomenclaturas oficiais do Departamento e das Unidades de Atendimento. Sendo assim, o PLIAT passou a ser denominado Plantão de Atendimento Inicial – PAI.

Neste ínterim, a absorção da demanda do Sistema Socioeducativo da Região da Grande Florianópolis, a inexistência de atividades pedagógicas para os adolescentes e

⁶ O Estado de Santa Catarina conta com três CASE's para internação de adolescentes do sexo masculino, sendo eles localizados em: Chapecó, Lages e o CER São Lucas de São José, que atualmente está fechado para elaboração de novo projeto arquitetônico. Há ainda o Centro de atendimento de Joinville, que está para ser inaugurado. Para o sexo feminino, conta somente com a Ala Feminina do Plantão de Atendimento Inicial.

também a estrutura física precária contribuíram para que, em 14 de junho de 2011, a Juíza Titular da Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital expedisse a Portaria nº 02/2011, determinando a suspensão das atividades, por prazo indeterminado, na Ala Masculina, a fim de ser realizada reforma e adequação daquele espaço.

Concluindo, atualmente, no PAI, funcionam dois serviços: uma Ala Feminina, atendendo o programa de internação provisória e definitiva para adolescentes oriundas de todo o estado, e uma Ala Masculina, atendendo o programa de internação provisória.

3.2 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS DA PRIMEIRA PASSAGEM

Todos os dados referentes à primeira e às demais passagens foram retirados das Fichas de Identificação dos adolescentes/jovens que ingressaram no Sistema Socioeducativo via Plantão de Atendimento Inicial de Florianópolis/SC no período que compreende os anos de 2008 a 2012. Esta sistematização de dados tem como objetivo traçar o perfil dos ingressos no Sistema, além de uma maior aproximação e “conhecimento” do universo dos adolescentes/jovens reiterantes da Unidade.

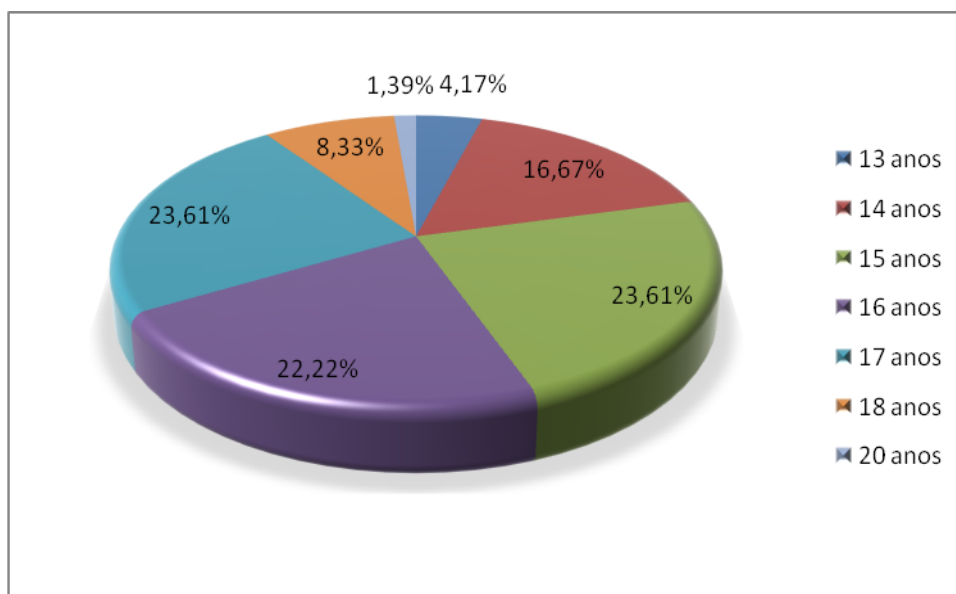
Sendo assim, estas informações retratarão dados relacionados com: idade, escolaridade, ato infracional cometido, entradas e saídas por mês e ano, medidas recebidas, encaminhamentos, comarca, local de residência e com quem residia.

Os dados correspondentes aos itens: idade, escolaridade, local de residência e com quem residia estarão relacionados unicamente à primeira passagem do adolescente na Unidade, uma vez que, quando o adolescente/jovem reitera no cometimento do ato infracional e reingressa na mesma, a sua Ficha de Identificação “antiga” é localizada, mas somente algumas informações são atualizadas. Ou seja, na maioria das Fichas de Identificação analisadas, esses itens citados não estavam atualizados conforme a realidade do adolescente/jovem no momento de seu reingresso.

Analisando as Fichas dos 72 adolescentes/jovens reiterantes no cometimento de atos infracionais que compõem o universo da pesquisa, observamos que há um índice maior nas idades intermediárias, pois a maioria deles tinha entre 14 e 17 anos quando do cometimento do primeiro ato infracional que resultou na apreensão. Sendo assim, tivemos

16,67% com 14 anos, 23,61% com 15 anos, 22,22% com 16 anos e 23,61% com 17 anos, como pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 5: Idade na primeira entrada.



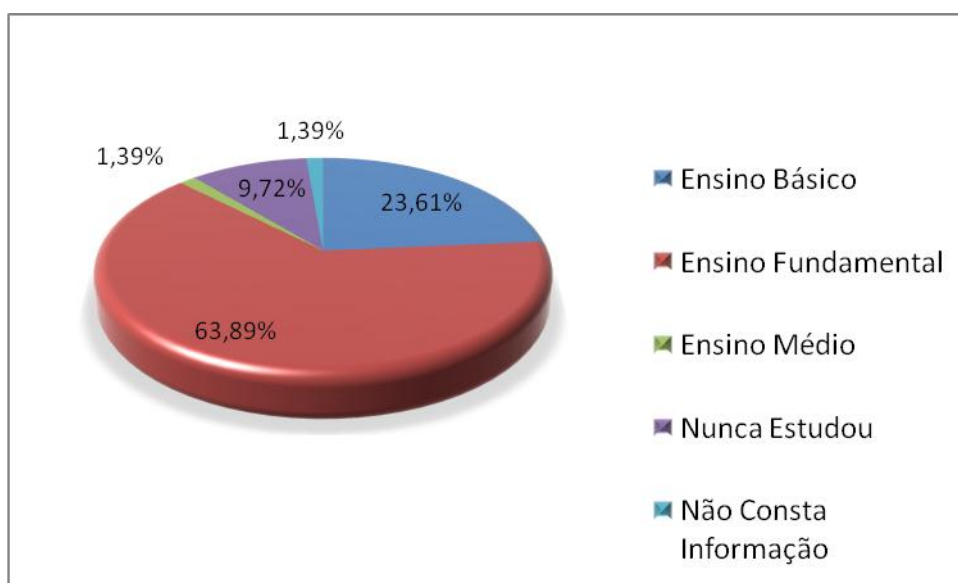
Fonte: Ficha de Identificação do Plantão de Atendimento Inicial – PAI.
Elaborado por Raquel Lopes de Medeiros Souza.

Comparando a pesquisa realizada por Rosa, Júnior e Rangel (2007, p.74), no Estado do Espírito Santo, sobre os adolescentes que cumprem mediadas socioeducativas, com nosso estudo, houve dados similares, pois a idade dos internos variava dos 14 aos 20 anos, sendo que os maiores percentuais se encontravam nas idades intermediárias de 17 e 18 anos, correspondendo a 25,6% e 34,9%, respectivamente.

Observamos também, no que se refere ao quesito escolaridade, que a maioria não se encontrava inserida em instituição de ensino no momento do seu ingresso no Sistema Socioeducativo. Mesmo assim, 23,61% declararam ter cursado o Ensino Básico, 63,89% disseram que haviam feito o Ensino Fundamental e 1,39% tinham cursado o Ensino Médio (sendo que a maioria que se enquadra neste quesito é constituída de adolescentes/jovens do sexo feminino). Por outro lado, 9,72% afirmaram nunca ter estudado e 1,39% não tinham informação alguma sobre escolaridade na sua Ficha de Identificação. É necessário ressaltar

que no documento investigado não constava se os respectivos períodos escolares haviam sido concluídos pelos adolescentes/jovens. Os dados sobre escolaridade compõem o Gráfico 2 que segue.

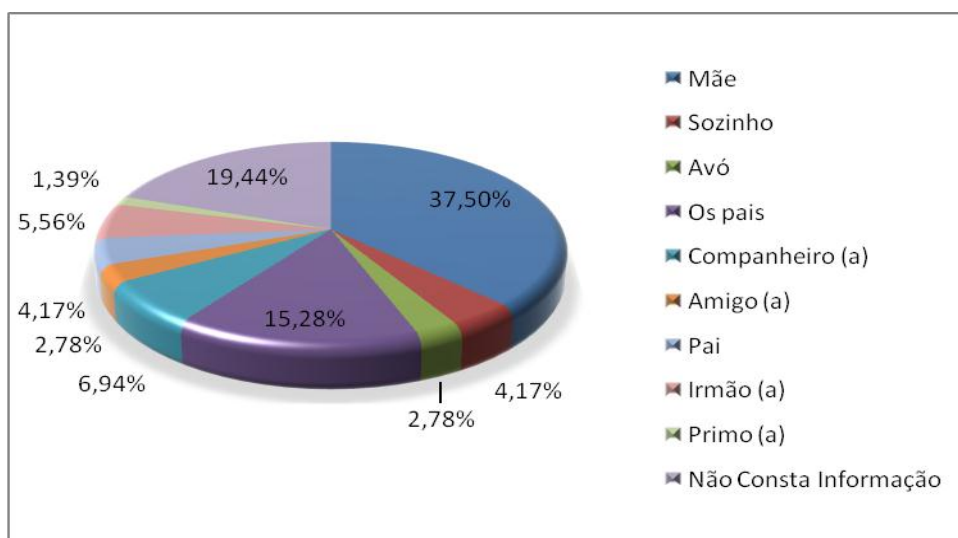
Gráfico 6: Grau de escolaridade.



Fonte: Ficha de Identificação do Plantão de Atendimento Inicial - PAI.
Elaborado por Raquel Lopes de Medeiros Souza.

No comparativo com a pesquisa realizada por Silva (2011, p.206), sobre o grau de instrução dos adolescentes autores de ato infracional que ingressaram no Sistema Socioeducativo, no Estado de São Paulo, verificamos que 1% nunca estudou, 89% concluíram o Ensino Fundamental, 9% fizeram o Ensino Médio e 1% cursou o Ensino Médio incompleto.

Verificamos ainda que, de acordo com o Gráfico 3, dos 72 adolescentes/jovens por nós investigados, 37,50% residiam com a genitora; 15,28% viviam com os dois genitores; 6,94% moravam com seus/suas respectivos/as companheiros/as; 5,56% viviam com irmãos/irmãs; 4,17% com o genitor; 4,17% sozinhos; 2,78% com a avó; 2,78% com amigos; e 1,39% com primos (as). Em 19,44% das Fichas não constava esta informação.

Gráfico 7: Com quem residia no momento da primeira entrada.

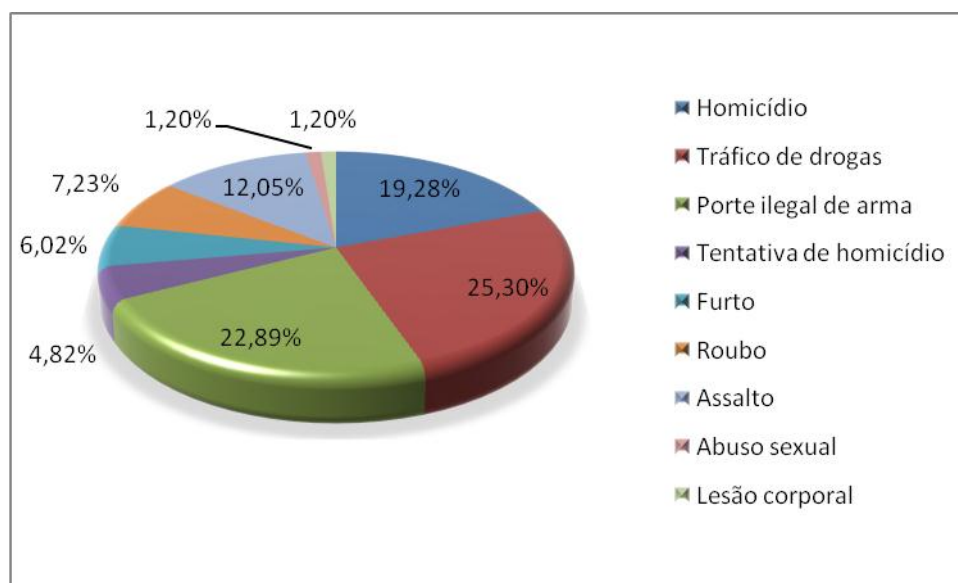
Fonte: Ficha de Identificação do Plantão de Atendimento inicial – PAI.
Elaborado por Raquel Lopes de Medeiros Souza.

Com relação à composição familiar, há uma disparidade nos dados apresentados por Silva (2011, p.206) quando comparados com os achados da nossa pesquisa, que reporta informações sobre Florianópolis, pois em São Paulo, cidade onde ocorreu a pesquisa de Silva, 50% moravam com os pais, 38% só com a mãe, 2% só com o pai, 7% só com a avó e 3% com outros. O que demonstra uma diferença entre um estado e outro quanto ao quesito organização familiar, e nos leva a concluir que em Florianópolis há um grande número de famílias chefiadas por mulheres.

Podemos observar, no Gráfico 4 apresentado mais adiante, que a quantidade de atos infracionais cometidos é superior à quantidade de adolescentes/jovens. Isso se deve ao fato de que alguns adolescentes/jovens ingressaram no Sistema Socioeducativo depois de/ou por terem cometido mais de um ato infracional. O tráfico de drogas foi o ato infracional mais cometido pelos adolescentes/jovens, ocasionando 25,30% das apreensões, seguido de porte

ilegal de arma de fogo, com 22,89% das apreensões, homicídio, com 19,28%, e assalto⁷, com 12,05%. Os atos infracionais cometidos, correspondentes à prática de roubo⁸, somaram 7,23% das apreensões, enquanto aqueles correspondentes a furto somaram 6,02%, e aqueles referentes à tentativa de homicídio, com 4,82%, tiveram uma taxa de variação diferente. Já o abuso sexual com 1,20% e a lesão corporal com 1,20% tiveram uma variação equivalente. Dessa forma, tivemos um total de 11 atos infracionais cometidos a mais do que o total de 72 adolescentes/jovens que compõem o universo pesquisado.

Gráfico 8: Ato infracional cometido na primeira entrada.



Fonte: Ficha de Identificação do Plantão de Atendimento Inicial – PAI.
Elaborado por Raquel Lopes de Medeiros Souza.

Com relação aos meses dos anos pesquisados, houve grandes variações no número de ingressos e egressos no Sistema em si. Entretanto, foi possível refutar a ideia de que no período de verão haveria um aumento no número de cometimento de atos infracionais, já que se trata de um espaço de tempo em que a cidade recebe grande número de turistas. Esta informação é recorrente na fala dos profissionais que compõem a equipe técnica do PAI.

⁷ O ato infracional denominado como assalto é o mesmo que roubo, entretanto, no presente trabalho foi analisado como sendo infrações distintas uma vez que no documento analisado, Ficha de Identificação, ambos são registrados como sendo infrações separadas, o que ocasionou índices para cada categoria.

⁸ O ato infracional denominado como roubo é o mesmo que assalto, entretanto, no presente trabalho foi analisado como sendo infrações distintas uma vez que no documento analisado, Ficha de Identificação, ambos são registrados como sendo infrações separadas, o que ocasionou índices para cada categoria.

Nos meses de janeiro, tivemos 8,33% de entradas e 11,76% de saídas; em fevereiro, 6,94% de entradas e 7,35% de saídas; em março, 11,11% de entradas e 7,35% de saídas; em abril, 8,33% de entradas e 7,35% de saídas; em maio, 11,11% de entradas e 8,82% de saídas; em junho, 9,72% de entradas e 13,24% de saídas; em julho, 9,72% de entradas e 8,82% de saídas; em agosto, 6,94% de entradas e 7,35% de saídas; em setembro, 6,94% de entradas e 8,82% de saídas; em outubro, 6,94% de entradas e 5,88% de saídas; em novembro, 8,33% de entradas e 2,94% de saídas; e em dezembro, 5,56% de entradas e 10,29% de saídas. Em 5,56% das Fichas não constava a informação sobre a data de desligamento dos adolescentes/jovens. Todos esses dados estão sistematizados na Tabela 1 a seguir.

Tabela 7: Primeira entrada e saída por meses de 2008 a 2012.

Entrada/Mês	Porcentagem	Quant.	Saída/Ano	Porcentagem	Quant.
Janeiro	8,33%	6	Janeiro	11,76%	8
Fevereiro	6,94%	5	Fevereiro	7,35%	5
Março	11,11%	8	Março	7,35%	5
Abril	8,33%	6	Abril	7,35%	5
Maio	11,11%	8	Maio	8,82%	6
Junho	9,72%	7	Junho	13,24%	9
Julho	9,72%	7	Julho	8,82%	6
Agosto	6,94%	5	Agosto	7,35%	5
Setembro	6,94%	5	Setembro	8,82%	6
Outubro	6,94%	5	Outubro	5,88%	4
Novembro	8,33%	6	Novembro	2,94%	2
Dezembro	5,56%	4	Dezembro	10,29%	7
Total	100,00%	72	Total	100,00%	68

Fonte: Ficha de Identificação do Plantão de atendimento Inicial – PAI.
Elaborado por Raquel Lopes de Medeiros Souza.

No que tange à entrada e à saída de adolescentes/jovens por ano, houve uma grande variação nos anos pesquisados. Entretanto, houve uma proporção balanceada no comparativo das entradas e saídas no mesmo ano. Assim, na Tabela 2, apresentada mais à frente,

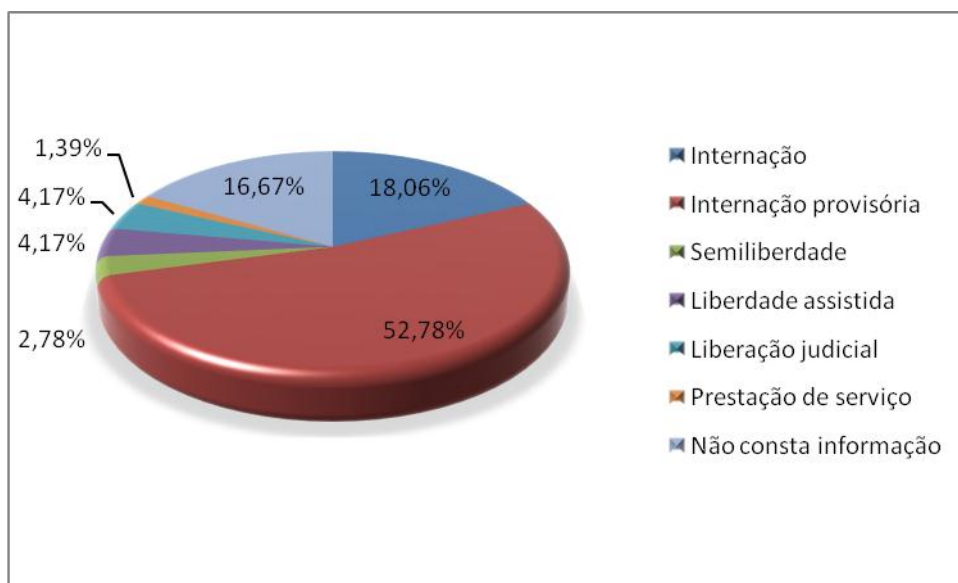
constatamos que no ano de 2008 entraram 22,22% e saíram 16,18%; em 2009, entraram 41,67% e saíram 42,65%; em 2010, entraram 22,22% e saíram 26,47%; em 2011, entraram 12,50% e saíram 11,76%; e em 2012, entraram 1,39% e saíram 2,94%. Temos, então, um total de 72 adolescentes/jovens ingressos no Sistema Socioeducativo via PAI, nos anos pesquisados, e de 68 egressos, destacando que em 5,88% das respectivas Fichas de Identificação pesquisadas não consta a data do desligamento dos mesmos referentes à primeira saída da Unidade de internação. Entretanto, podemos dizer que 2009 foi o ano em que houve mais entradas e saídas de adolescentes/jovens do Sistema, não sendo possível descobrir, no decorrer da pesquisa, a real motivação para tal acontecimento.

Tabela 8: Primeira entrada e saída por ano de 2008 a 2012.

Entrada/Ano	Porcentagem	Quant.	Saída/Ano	Porcentagem	Quant.
2008	22,22%	16	2008	16,18%	11
2009	41,67%	30	2009	42,65%	29
2010	22,22%	16	2010	26,47%	18
2011	12,50%	9	2011	11,76%	8
2012	1,39%	1	2012	2,94%	2
Total	100,00%	72	Total	100,00%	68

Fonte: Ficha de Identificação do Plantão de Atendimento Inicial – PAI.
Elaborado por Raquel Lopes de Medeiros Souza.

No momento de nossa pesquisa, a medida mais decretada para os adolescentes/jovens foi a internação provisória, que é uma medida cautelar que tem uma duração de, no máximo, 45 dias. Na consulta às Fichas, notamos que 52,78% receberam essa medida, seguidos de 18,06% que receberam como medida a internação. Além disso, 4,17% obtiveram liberdade assistida, 4,17% receberam liberação judicial, 2,78% ficaram em semiliberdade e 1,39% tiveram que prestar serviços à comunidade. Entretanto, do universo pesquisado, 12 adolescentes, número que corresponde a 16,67%, não puderam ser contabilizados por não constar essa informação no documento analisado. Os dados apresentados constam do Gráfico 5.

Gráfico 5: Medidas recebidas.

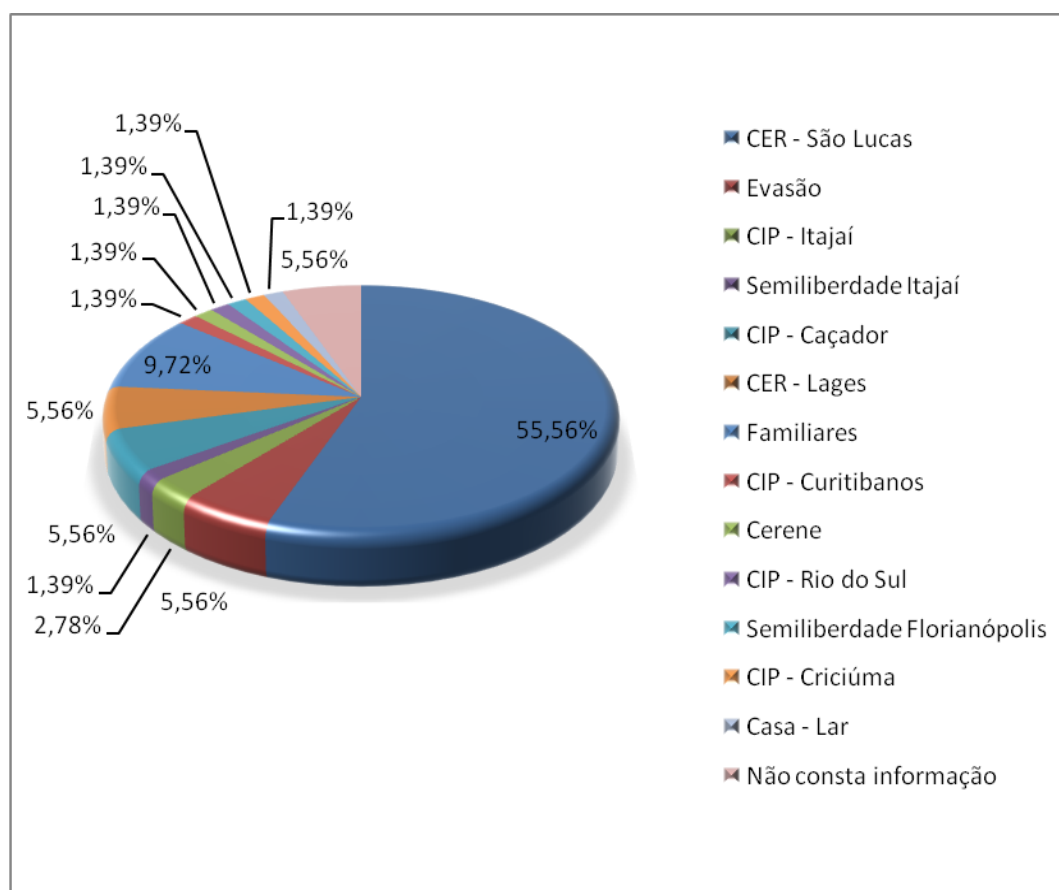
Fonte: Ficha de Identificação do Plantão de Atendimento Inicial – PAI.
Elaborado por Raquel Lopes de Medeiros Souza.

Fazendo a comparação com os dados da pesquisa de Silva, quanto às medidas socioeducativas, estes apontaram que 1% recebeu como medida a obrigação de reparar o dano; 5% tiveram que prestar serviços à comunidade; 55% obtiveram liberdade assistida; 3% receberam medidas cumuladas de liberdade assistida com prestação de serviços à comunidade; 5% obtiveram semiliberdade; e 31% receberam como medida a internação. Pudemos perceber ainda, na análise e na comparação que fizemos com a pesquisa de Silva, que no Estado de São Paulo a vara da infância e adolescência recorreu mais, no sentido de decretação de medidas em meio aberto e medidas cumulativas.

De forma geral, 55,56% dos 72 adolescentes/jovens pesquisados foram encaminhados ao Centro Educacional Regional (CER) São Lucas, localizado em São José, região metropolitana de Florianópolis; 9,72% foram encaminhados aos seus respectivos familiares, através da liberação judicial ou para o cumprimento das medidas em meio aberto, que corresponde à liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade. Além disso, 5,56%

foram desligados da instituição por motivo de evasão e o mesmo percentual de adolescentes/jovens foi encaminhado ao CER de Lages e ao Centro de Internação Provisória (CIP) de Caçador. Os demais encaminhamentos dados aos adolescentes/jovens não sofreram nenhuma variação, sendo que 1,39% do total foi encaminhado a outras unidades do Sistema Socioeducativo distribuídas pelo Estado de Santa Catarina, como: semiliberdade de Joinville, Centro de Internação Provisória de Curitibaanos, Centro de Recuperação Nova Esperança (CERENE), CIP de Rio do Sul, semiliberdade de Florianópolis, CIP de Criciúma e Casa Lar. Entretanto, 5,56% não têm essa informação em suas Fichas. Os dados aqui analisados constam no Gráfico 6 que segue.

Gráfico 6: Encaminhamentos da segunda entrada.

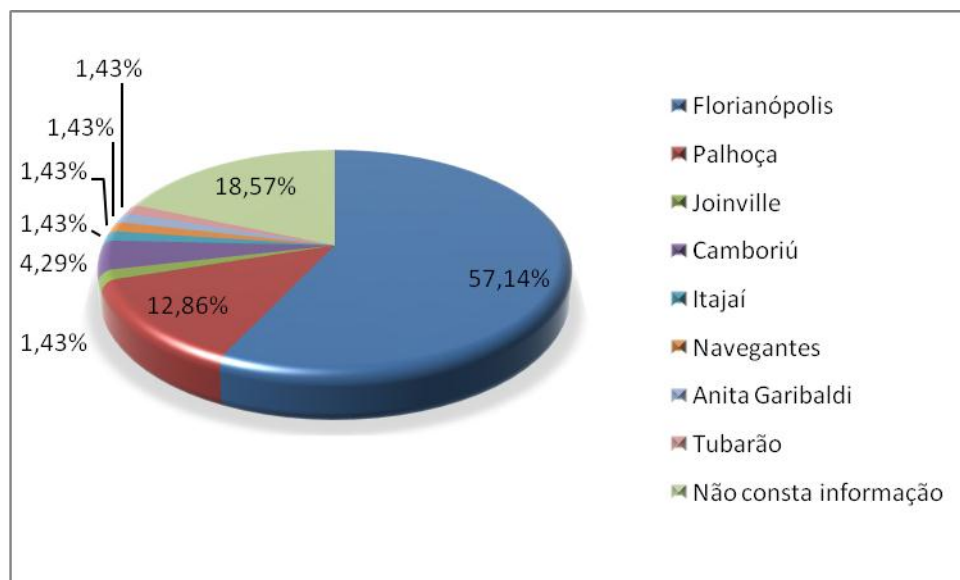


Fonte: Ficha de Identificação do Plantão de Atendimento Inicial – PAI.
Elaborado por Raquel Lopes de Medeiros Souza.

Quanto à comarca em que se originou e/ou teve andamento o processo judicial dos adolescentes/jovens, podemos perceber, no Gráfico 7, que a maioria, ou seja, 57,14%, é de

Florianópolis; mas 12,86% vêm do município de Palhoça e 4,29% são provenientes de Camboriú. Com relação às demais procedências, não houve variação, sendo que 1,43% dos adolescentes/jovens vêm de Joinville, Itajaí, Navegantes, Anita Garibaldi e Tubarão. Também conforme o Gráfico a seguir, em 18,5% das Fichas não consta essa informação.

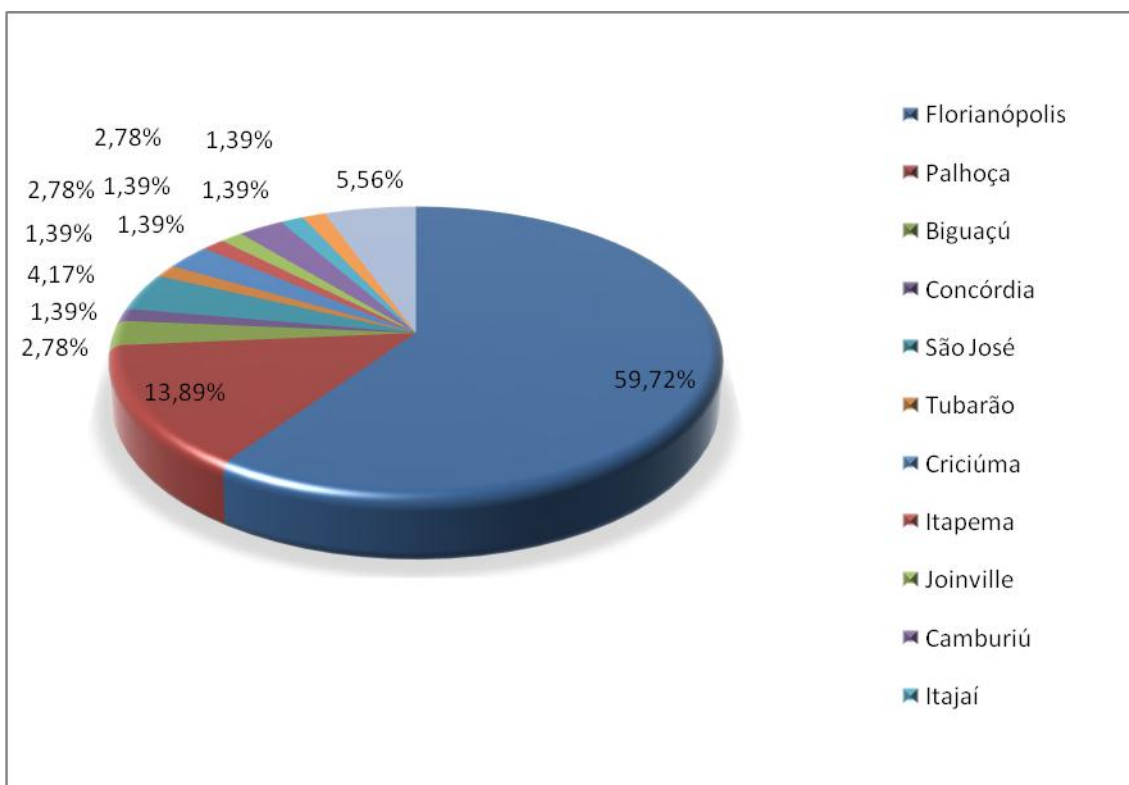
Gráfico 7: Comarca que originou o processo.



Fonte: Ficha de Identificação do Plantão de Atendimento Inicial – PAI.
Elaborado por Raquel Lopes de Medeiros Souza.

Os dados encontrados com relação ao local de residência dos adolescentes/jovens quando do cometimento do primeiro ato infracional que ocasionou a primeira entrada, mediante a apreensão, indicam que 59,72% residiam em Florianópolis; 13,89% em Palhoça; 4,17% em São José; 2,78% em Biguaçu; 2,78% em Camboriú; e 1,39% era proveniente de outros Estados. Esta mesma proporção de 1,39% se aplica aos que residiam em Concórdia, Tubarão, Criciúma, Itapema, Joinville, Camboriú e Itajaí. E ainda podemos verificar, no Gráfico 8, que 5,56% das Fichas não apresentam essa informação.

Gráfico 8: Local de residência no momento da primeira entrada.



Fonte: Ficha de Identificação do Plantão de Atendimento Inicial – PAI.
Elaborado por Raquel Lopes de Medeiros Souza.

Constatadas algumas informações no que tange à primeira inserção dos adolescentes/jovens no Sistema Socioeducativo via PAI, abordaremos, no subitem seguinte, alguns dados relacionados à segunda entrada, que resultou da reiteração dos mesmos.

3.3 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS DA SEGUNDA PASSAGEM

Para que houvesse a confirmação no critério de reiteração no cometimento de atos infracionais dos 72 adolescentes/jovens que formam o universo da pesquisa, obrigatoriamente, todos deveriam ter a segunda entrada no Sistema Socioeducativo. Sendo assim, serão expostos, neste item, os quesitos referentes às entradas e saídas por ano e mês, o ato infracional cometido, a medida recebida e os encaminhamentos realizados.

No ano de 2008, entraram no Sistema Socioeducativo 1,39% e saíram 1,43%; em 2009, entraram 40,28% e saíram 32,86%; em 2010, entraram 38,89% e saíram 41,43%; em

2011, entraram 11,11% e saíram 17,14%; e em 2012, entraram 8,33% e saíram 7,14%. De 1,39% não consta a data de saída e 1,39%, continuava internado até o término do levantamento de dados da presente pesquisa, o que explica o fato de termos um universo de 70 adolescentes/jovens, número este que corresponde a somente 98,81% de saídas no ano de 2012.

Tabela 9: Segunda entrada e saída por ano de 2008 a 2012.

Entrada/Ano	Porcentagem	Quant.	Saída/Ano	Porcentagem	quant.
2008	1,39%	1	2008	1,39%	1
2009	40,28%	29	2009	32,86%	23
2010	38,89%	28	2010	40,28%	29
2011	11,11%	8	2011	17,14%	12
2012	8,33%	6	2012	7,14%	5
Total	100,00%	72	Total	98,81%	70

Fonte: Ficha de Identificação do Plantão de Atendimento Inicial – PAI.
Elaborado por Raquel Lopes de Medeiros Souza.

Na Tabela 4, estão sistematizadas as entradas e saídas por meses dos anos pesquisados. Assim, tivemos um total de 5,56% de entradas e 7,14% de saídas em janeiro; 1,39% de entrada e 5,71% de saídas em fevereiro; 9,72% de entradas e 5,71% de saídas em março; 4,17% de entradas e 7,14% de saídas em abril; 8,33% de entradas e 5,71% de saídas em maio; 6,94% de entradas e 12,86 de saídas em junho; 9,72% de entradas e 5,71% de saídas em julho; 13,89% de entradas e 12,86% de saídas em agosto; 18,06% de entradas e 14,29% de saídas em setembro; 5,56% de entradas e 8,57% de saídas em outubro; 8,33% de entradas e 4,29% de saídas em novembro; e 8,33% de entradas e 10.0% de saídas em dezembro. Destacamos que 2,78% não tinham esta informação na respectiva Ficha de Identificação.

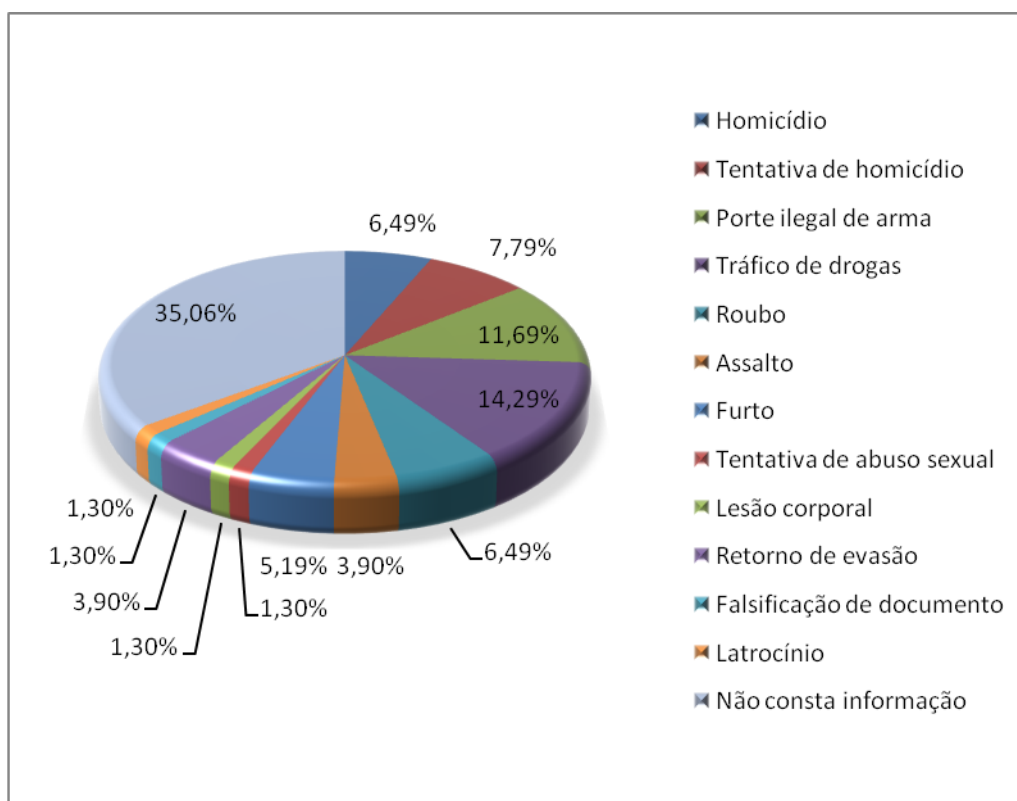
Tabela 10: Segunda entrada e saída por meses de 2008 a 2012.

Entrada/Ano	Porcentagem	Quant.	Saída/Ano	Porcentagem	Quant.
Janeiro	5,56%	4	Janeiro	6,94%	5
Fevereiro	1,39%	1	Fevereiro	5,56%	4
Março	9,72%	7	Março	5,56%	4
Abril	4,17%	3	Abril	7,14%	5
Mai	8,33%	6	Mai	5,56%	4
Junho	6,94%	5	Junho	12,08%	9
Julho	9,72%	7	Julho	5,56%	4
Agosto	13,89%	10	Agosto	12,08%	9
Setembro	18,06%	13	Setembro	14,29%	10
Outubro	5,56%	4	Outubro	8,57%	6
Novembro	8,33%	6	Novembro	4,17%	3
Dezembro	8,33%	6	Dezembro	9,72%	7
Total	100,00%	72	Total	97,22%	70

Fonte: Ficha de Identificação do Plantão de Atendimento Inicial – PAI.
Elaborado por Raquel Lopes de Medeiros Souza.

No que tange aos cometimentos dos atos infracionais praticados pelos adolescentes/jovens, não houve diferenças nos índices quando relacionados com a primeira entrada. Portanto, é possível observar que, na segunda entrada, o tráfico de drogas continuou sendo o ato infracional que mais resultou na apreensão dos mesmos. Sendo assim, 14,29% se inseriram no Sistema Socioeducativo, pela segunda vez, por tráfico de drogas; 11,69% por porte ilegal de arma; 7,79% por tentativa de homicídio; 6,49% por roubo; 5,19% por furto; 3,90% por assalto; 3,90% por evasão. Já as taxas relativas à tentativa de abuso sexual, lesão corporal, falsificação de documentos e latrocínio não variaram, mantendo 1,30% para cada categoria analisada. Na Ficha de Identificação de 35,06% dos sujeitos não constava informação sobre o ato infracional cometido para a justificativa da privação da liberdade, de forma que obtivemos um total de 77 atos infracionais cometidos por 72 adolescentes/jovens, como é possível verificar no Gráfico 9.

Gráfico 9: Ato infracional cometido na segunda entrada.

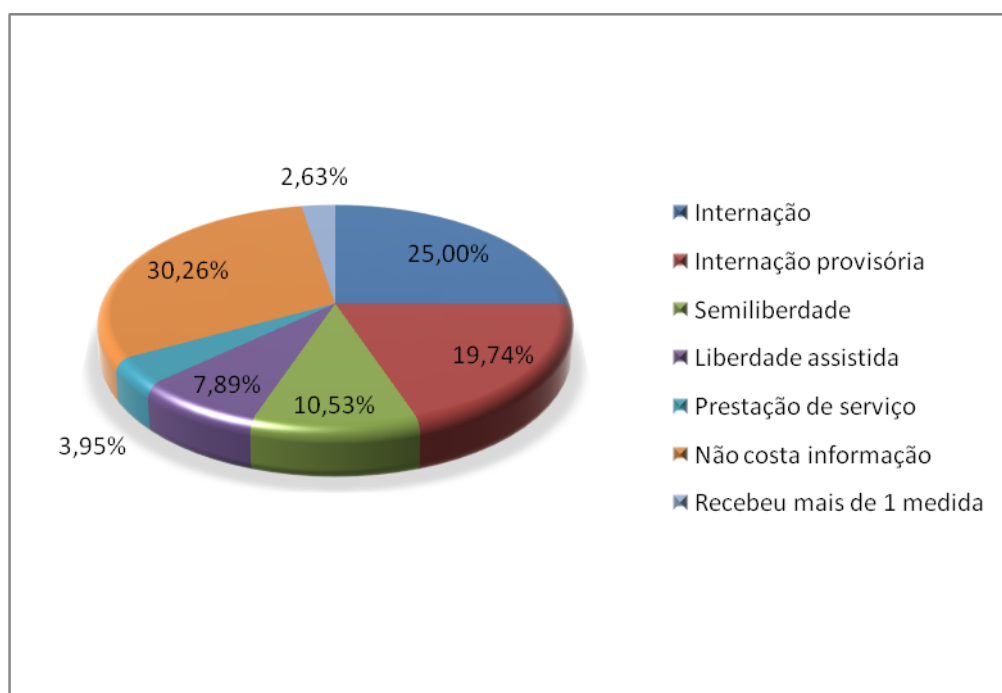


Fonte: Ficha de Identificação do Plantão de Atendimento Inicial – PAI.
Elaborado por Raquel Lopes de Medeiros Souza.

Em comparação com os achados de nossa pesquisa, no que tange aos atos infracionais cometidos, Zaluar (2007, p.43), fazendo suas considerações sobre a impunidade existente em nosso país, em um estudo sobre o sistema criminal de Justiça em São Paulo, constatou que “as maiores porcentagens de condenação estão entre os acusados de tráfico de drogas ou de roubo, e não entre os acusados de homicídios e assaltos à mão armada, os dois crimes que mais apavoram as pessoas”.

Quando analisamos, no Gráfico10, as medidas recebidas, observamos que os adolescentes/jovens receberam mais internação em sua segunda entrada do que na primeira entrada. Portanto, 25% receberam a internação propriamente dita; 19,74% receberam internação provisória; 10,53% receberam semiliberdade; 7,89% receberam liberdade assistida; e 3,95% receberam prestação de serviços à comunidade. Em 30,26% das Fichas de identificação analisadas não constava esta informação e 2,63% receberam mais de 01 medida, ou seja, medida cumulada.

Gráfico 20: Medidas recebidas na segunda entrada.



Fonte: Ficha de Identificação do Plantão de Atendimento Inicial – PAI.

Elaborado por Raquel Lopes de Medeiros Souza.

Tecendo suas considerações sobre as punições aplicadas aos adolescentes/jovens, Silva (2011, p. 134) faz o seguinte comentário:

[...] o adolescente geralmente é punido, sentenciado pelo que poderá vir a fazer e não pelo que já fez, porque nessa lei o que poderá ser feito tem sentido de prevenção geral. Em outras palavras, o adolescente que cometeu ato infracional contra a sociedade deve ser punido exemplarmente, para não reincidir.

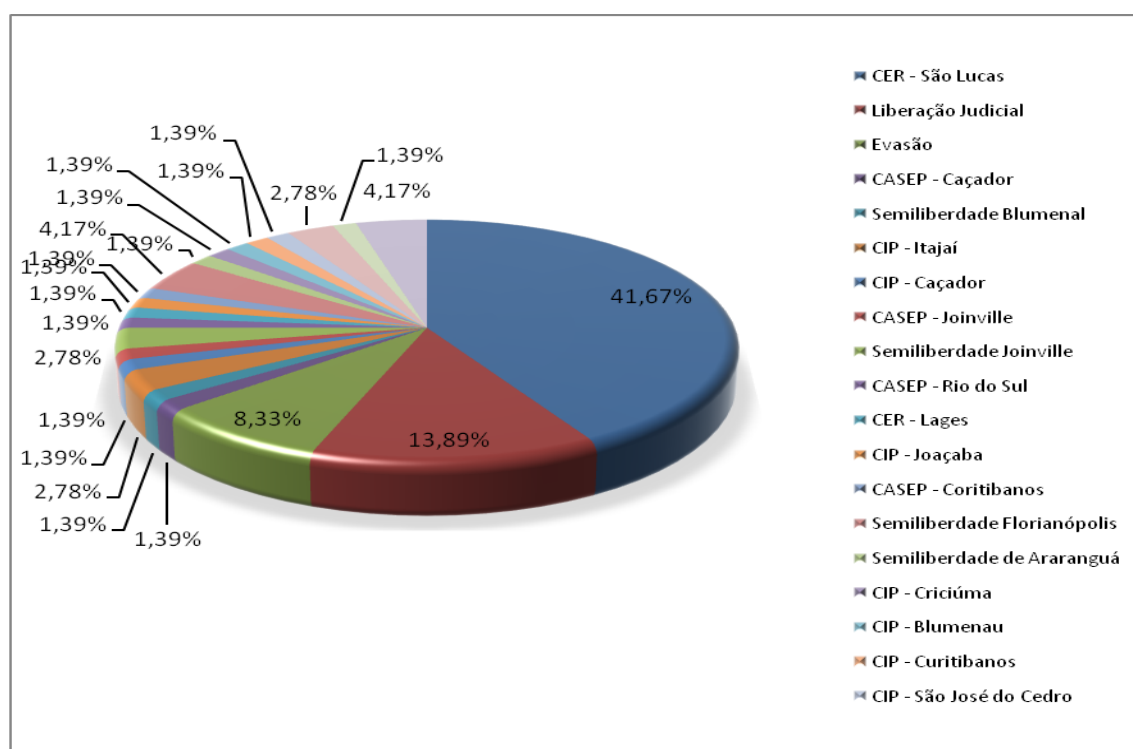
O que nos transmite a ideia de que há uma maior intolerância por parte do Sistema Jurídico quando há reiteração, existindo uma carga maior de rigor na punição para que não haja a reiteração ou porque uma medida menos gravosa imposta anteriormente possa não ter surtido o efeito esperado. Silva (2011, p. 172) nos ajuda novamente com sua reflexão quando afirma:

A prevenção geral da ordem patrimonial é o caráter prioritário da punição, que está respaldada pelo propósito da reinserção social do indivíduo, que é “educado” a respeitar os valores contidos no contrato da sociedade expresso nas leis. Assim o adolescente em cumprimento de uma medida está a serviço de um objetivo que está para além da sua pessoa, visando a proteção dos bens, a segurança e a defesa da sociedade. [...].

No que se refere aos encaminhamentos da segunda entrada, dos 72 adolescentes/jovens pesquisados, segundo o que consta em suas respectivas Fichas de

identificação, 41,67% foram encaminhados ao CER – São Lucas; 13,89% receberam liberação judicial e foram encaminhados aos seus respectivos familiares; 8,33% evadiram-se; 4,17% foram encaminhados à semiliberdade de Florianópolis; 2,78% foram encaminhados ao CIP de Itajaí; 2,78% tiveram encaminhamento para a semiliberdade de Joinville; e 2,78% foram encaminhados ao CASEP de Itajaí. Também houve uma proporção igual a 1,39% de encaminhamentos para as seguintes unidades: CASEP de Caçador, semiliberdade de Blumenau, CIP de Caçador, CASEP de Joinville, CASEP de Rio do Sul, CER de Lages, CIP de Joaçaba, Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório (CASEP) de Curitiba, semiliberdade de Araranguá, CIP de Criciúma, CIP de Blumenau, CIP de Curitiba, CIP de São José do Cedro, e CER da Paraíba. Em 4,17% das Fichas não consta esta informação. O Gráfico 11 a seguir traz os dados dos encaminhamentos da segunda entrada.

Gráfico 11: Encaminhamentos da segunda entrada.



Fonte: Ficha de Identificação do Plantão de Atendimento Inicial – PAI.
Elaborado por Raquel Lopes de Medeiros Souza.

Analizados alguns dados resultantes do levantamento de dados sobre a segunda inserção no Sistema Socioeducativo via PAI, dos adolescentes/jovens reiterantes na prática de cometimento de atos infracionais, passaremos à próxima seção que trará dados concernentes à terceira entrada dos adolescentes/jovens.

3.4 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS DA TERCEIRA PASSAGEM

Com relação à terceira passagem dos adolescentes/jovens no Sistema Socioeducativo, dos 72 sujeitos que compõem o universo pesquisado, 19, número que corresponde a 13,68% do total, reiteraram pela segunda vez, sendo esta, portanto, sua terceira inserção. Para a sistematização dos dados, que podem ser visualizados na Tabela 5, foram analisadas as mesmas categorias do item anterior.

No ano de 2008, tivemos 5,26% de entrada e nenhuma saída; em 2009, tivemos nenhuma entrada e saída; em 2010, tivemos 78,95% entradas e 72,22% saídas; em 2011, tivemos 15,79% entradas e 27,78% saídas; e em 2012, tivemos nenhuma entrada e saída. Assim, podemos observar que nos anos de 2008, 2009 e 2012 tivemos um percentual irrelevante de entradas e saídas de adolescentes/jovens no Sistema Socioeducativo via PAI, quando analisado o quesito terceira inserção, ou seja, nestes anos tivemos um índice baixíssimo de adolescentes/jovens que passaram pela Unidade pela terceira vez, resultado da segunda reiteração no cometimento de ato infracional.

Entretanto, no ano de 2010, tivemos 15 adolescentes/jovens que entraram, o que corresponde a 78,95% do total, e 13 que saíram, o que corresponde a 72,22% do mesmo total, mas isso não significa, necessariamente, que dos 15 que entraram, 13 saíram no mesmo ano. Já no ano de 2011, tivemos uma diminuição no índice de entrada pela terceira vez, sendo que 03 entraram e 05 saíram, compartilhando da mesma lógica do ano de 2010, ou seja, os 03 que entraram não estão, necessariamente, contabilizados nos 05 que saíram no mesmo ano.

Tabela 11: Terceira entrada e saída por ano de 2008 a 2012.

Entrada/Ano	Porcentagem	Quant.	Saída/Ano	Porcentagem	Quant.
2008	5,26%	1	2008	0,00%	0
2009	0,00%	0	2009	0,00%	0
2010	78,95%	15	2010	72,22%	13
2011	15,79%	3	2011	27,78%	5
2012	0,00%	0	2012	0,00%	0
Total	100,00%	19	Total	100,00%	18

Fonte: Ficha de Identificação do Plantão de Atendimento Inicial – PAI.
Elaborado por Raquel Lopes de Medeiros Souza.

Com relação aos meses dos anos analisados, conforme se verifica na Tabela 6, tivemos o seguinte percentual: nenhuma entrada e 7,69% de saídas em janeiro; 23,08% de entradas e nenhuma saída em fevereiro; 23,08% de entradas e 30,77% de saídas em março; nenhuma entrada e saída em abril; nenhuma entrada e 7,69% de saídas em maio; 15,38% de entradas e saídas em junho; 7,69% de entradas e saídas em julho; 23,08% de entradas e saídas em agosto; 7,69% de entradas e 23,08% de saídas em setembro; 30,77% de entradas e 7,69% de saídas em outubro; 7,69% de entradas e 15,38% de saídas em novembro; 7,69% de entradas e nenhuma saída em dezembro. Das 19 Fichas de Identificação investigadas, em 7,69% não consta a informação da respectiva saída.

Tabela 12: Entrada e saída por meses de 2008 a 2012.

Entrada/Mês	Porcentagem	Quant.	Saída/Mês	Porcentagem	Quant.
Janeiro	0,00%	0	Janeiro	7,69%	1
Fevereiro	23,08%	3	Fevereiro	0,00%	0
Março	23,08%	3	Março	30,77%	4
Abril	0,00%	0	Abril	0,00%	0
Maio	0,00%	0	Maio	7,69%	1
Junho	15,38%	2	Junho	15,38%	2
Julho	7,69%	1	Julho	7,69%	1
Agosto	23,08%	3	Agosto	23,08%	3
Setembro	7,69%	1	Setembro	23,08%	3
Outubro	30,77%	4	Outubro	7,69%	1
Novembro	7,69%	1	Novembro	15,38%	2
Dezembro	7,69%	1	Dezembro	0,00%	0
Total	100,00%	19	Total	100,00%	18

Fonte: Ficha de Identificação do Plantão de Atendimento Inicial – PAI.

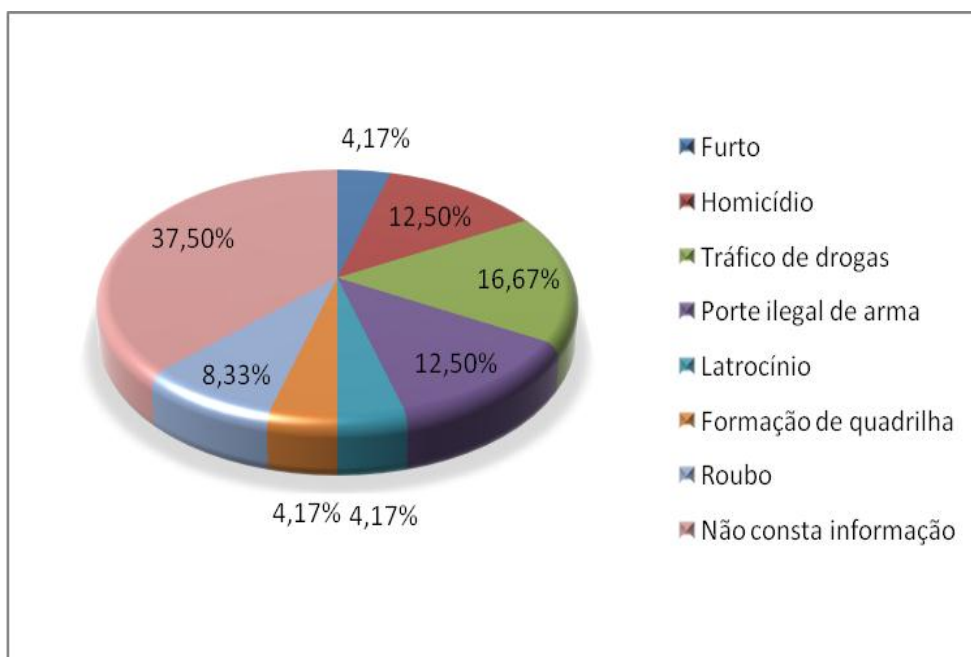
Elaborado por Raquel Lopes de Medeiros Souza

O Gráfico 12 mostra que, dentre os atos infracionais cometidos, o tráfico de drogas continua no topo da lista, sendo 16,67% apreendidos por este ato infracional; 12,50% por homicídio e porte ilegal de arma; seguidos de 8,33% por roubo e 4,17% por furto, latrocínio e formação de quadrilha. Na Ficha de Identificação de 37,50% não consta esta informação.

Com relação à predominância do tráfico de drogas como o ato infracional mais cometido pelos adolescentes/jovens investigados e que compõem o universo de nossa pesquisa, Zaluar (2007, p.45) em seu texto intitulado “Democratização inacabada: fracasso da segurança pública” corrobora o que apontam os dados por nós obtidos quando diz:

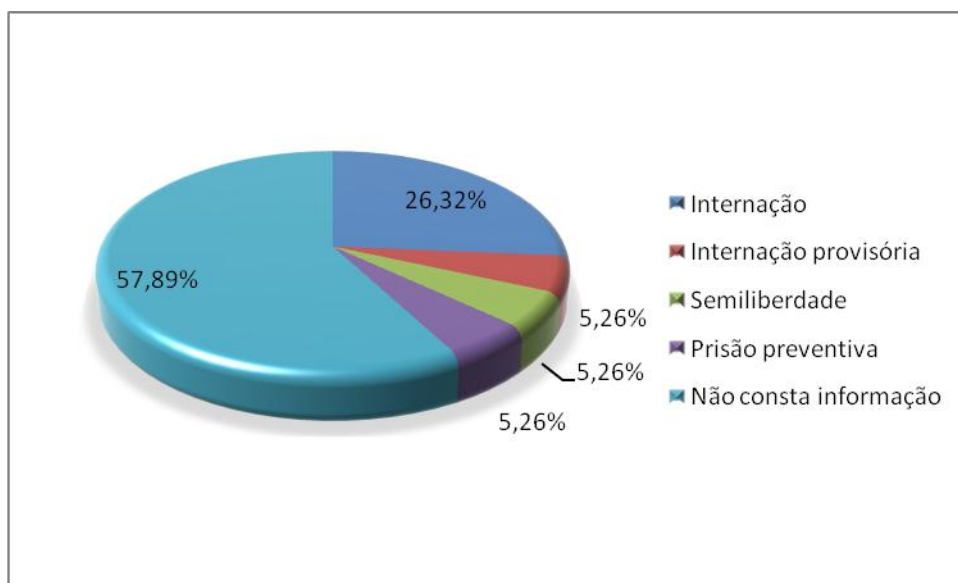
Hoje, então, o comércio de drogas tornou-se sinônimo de guerra em muitos municípios do Brasil, mas com diferenças regionais entre cidades e entre bairros na mesma cidade. No Rio, mesmo que não completamente coordenado por uma hierarquia mafiosa, o comércio de drogas tem um arranjo horizontal eficaz pelo qual, se faltam drogas ou armas de fogo em uma favela, esta imediatamente as obtém das favelas aliadas.

Gráfico 12: Ato infracional cometido na terceira entrada.



Fonte: Ficha de Identificação do Plantão de Atendimento Inicial – PAI.
Elaborado por Raquel Lopes de Medeiros Souza.

Quanto às medidas recebidas pelos adolescentes/jovens, verificamos, no Gráfico 13, que 26,32% receberam internação, enquanto para 5,26% a medida aplicada foi internação provisória, semiliberdade e prisão preventiva. Dos 19 adolescentes/jovens pesquisados, segundo suas Fichas de Identificação, 57,89% não tinham a informação sobre as medidas decretadas pela Vara da Infância e Juventude.

Gráfico 13: Medidas recebidas na terceira entrada.

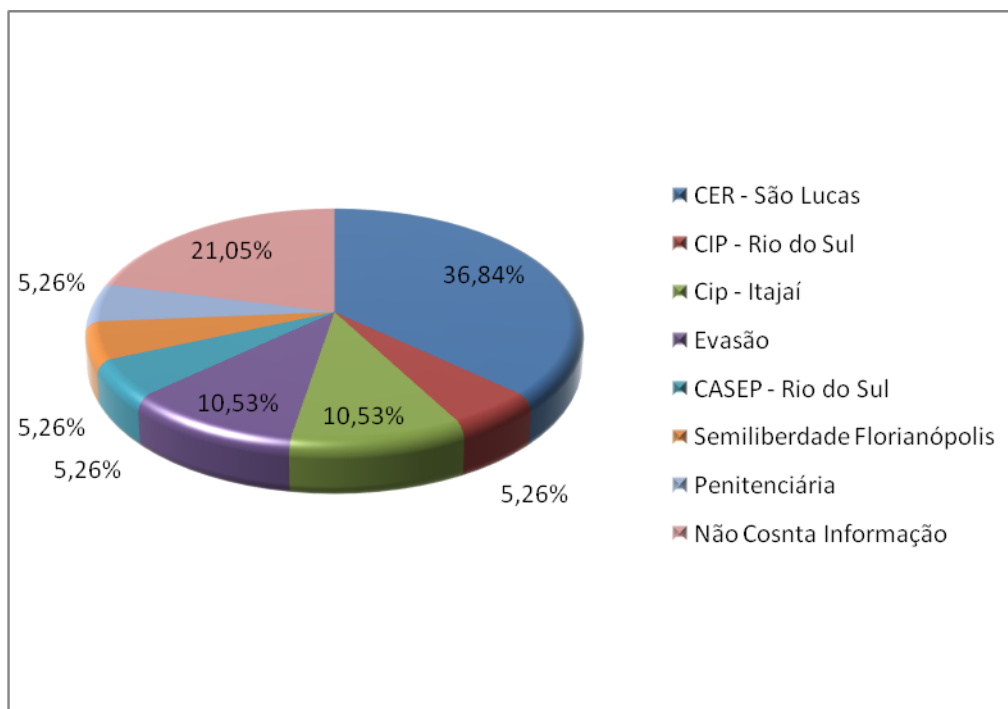
Fonte: Ficha de Identificação do Plantão de Atendimento Inicial – PAI.

Elaborado por Raquel Lopes de Medeiros Souza.

Tejadas (2007, p. 288) nos ajuda a pensar a tendência do aumento das internações dos adolescentes/jovens reiterantes, conforme observado em nosso gráfico, com a seguinte declaração:

Destaca-se que, ao não assegurar direitos, tanto no meio fechado quanto no aberto, o Sistema acaba por centrar-se na face punitiva, cumprindo o papel que sempre teve. Ao deixar de dotar as medidas de sentido, confirma seu vazio valorativo e não produz novos efeitos sobre a subjetividade do adolescente, bem como as suas condições concretas de vida. A inovação do paradigma da garantia de direitos impõe a subversão desse ponto de vista. Desafia a pensar outras práticas que articulem responsabilização com cidadania.

Dos 19 adolescentes/jovens analisados mediante as suas respectivas Fichas de Identificação, na terceira passagem, 36,84% foram encaminhados ao CER – São Lucas, 10,53% foram enviados ao CIP de Itajaí e o mesmo percentual evadiu-se. Por sua vez, 5,26% foram encaminhados ao CIP de Rio do Sul, semiliberdade de Florianópolis, penitenciária e CASEP de Rio do Sul, mas 21,05% não tinham tal informação nas suas Fichas de Identificação. Os dados sobre o encaminhamento dos adolescentes/jovens encontram-se no Gráfico 14 que segue.

Gráfico 14: Encaminhamentos da terceira entrada.

Fonte: Ficha de Identificação do Plantão de Atendimento Inicial – PAI.
 Elaborado por Raquel Lopes de Medeiros Souza.

E, finalmente, somente 01 dos 72 adolescentes/jovens teve a quarta inserção no Sistema Socioeducativo, através do PAI, portanto, essa foi a sua terceira reiteração no cometimento de atos infracionais, sendo que sua entrada ocorreu em janeiro de 2011 e sua saída se deu em fevereiro do mesmo ano. Sua quarta passagem foi ocasionada por roubo, infração que resultou na sua internação provisória e, em seguida, no encaminhamento aos seus familiares mediante liberação judicial.

Analizadas todas as passagens dos adolescentes/jovens autores de atos infracionais reiterados que formaram o universo do presente trabalho, teceremos algumas considerações sobre os diversos aspectos percebidos no caminho percorrido para a construção deste estudo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho sobre a reiteração dos adolescentes/jovens no cometimento de atos infracionais nos possibilitou identificar alguns fatores que contribuem para a efetivação deste fenômeno. Entretanto, as nossas considerações não comportam a intenção de serem conclusivas, uma vez que trazem uma carga de singularidades, buscando apenas servir como base para futuros estudos em torno do complexo fenômeno da reiteração, pois, na construção deste trabalho, foi possível identificar também que há um número pequeno de produções que tratam deste fenômeno especificamente.

Os achados de nossa pesquisa possibilitaram compreender que o fenômeno da reiteração dos adolescentes/jovens no cometimento de atos infracionais, envolve uma gama de fatores sociais dos quais esses sujeitos se encontram excluídos, revelando-os muito mais como vítimas do que como agressores de um sistema que os violenta quando lhes nega a inserção e/ou permanência nas políticas públicas, diminuindo seu espaço de participação na sociedade como membro dela e sua condição para exercer a construção de sua própria cidadania digna.

Percebemos que estes adolescentes/jovens, majoritariamente, são oriundos da classe subalterna, o que comporta uma leitura, no senso comum, de que a pobreza e a criminalidade são fatores diretamente proporcionais. Ou seja, os adolescentes/jovens, que só alcançam visibilidade quando do cometimento de algum ato infracional, são percebidos unicamente como pessoas em condição de pobreza, passando a ideia de que somente aqueles que pertencem às camadas subalternas cometem infrações que resultam em conflitos com a lei. Porém, esta leitura perversa não permite vislumbrar o sujeito que se encontra violentado estruturalmente e muito menos as reais causas que determinam o acesso à escola e/ou a não permanência nela, bem como sua inserção no mercado de trabalho. Igualmente não se consegue entender porque o Sistema Socioeducativo não causa no adolescente/jovem a mudança significativa que deveria quando da sua inserção no mesmo, que está organizado de forma que não haja a reiteração por parte deste adolescente/jovem. Passetti (1999, p. 55) ratifica o que foi aqui exposto:

Pode-se dizer que sob esses supostos, a partir do momento em que o Estado não preenche a lacuna deixada pelo mercado, ou seja, a situação do desemprego, carência, abandono e a falta de escolaridade, ele pode ser entendido como um violentador, por não cumprir com responsabilidade que ele próprio se atribui: a de

tutor de todos os pais. Revela-se outro lado da violência legítima monopolizada que define seu poder.

A leitura que se faz desses adolescentes/jovens não leva em consideração a falta de efetivação dos parâmetros socioeducativos necessários para alcançar um real atendimento, conforme se propõe o Sistema Socioeducativo, e para que a reiteração no cometimento de atos infracionais deixe de ser uma prática constante na realidade desses sujeitos. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE – (2010, p. 54) regulamenta que os parâmetros da ação socioeducativa estão organizados por eixos estratégicos, a saber: “suporte institucional e pedagógico; diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual; cultura, esporte e lazer; saúde; escola; profissionalização/trabalho/previdência; família e comunidade e segurança”. Entretanto, Sposato (2004 apud SILVA, MORAES E SILVA, 2009, p. 07) lembra:

Ainda é muito presente na sociedade brasileira a imagem do jovem em conflito com a lei como um ser humano inferior não detentor de direitos que deve ser reprimido principalmente mediante privação de liberdade. Esta visão social justifica arbitrariedades e posturas profissionais que atuam na contracorrente dos direitos humanos proporcionando respostas ineficientes sem respaldo pedagógico.

Assim sendo, esse “suporte estrutural” a que se propõe o SINASE deve ter um alcance maior, para além do atendimento emergencial, a fim de conseguir efetivar uma mudança na vida do adolescente/jovem quando do término de sua institucionalização.

Ao mencionarmos “suporte estrutural” queremos dar o sentido de um suporte que se concretize, com expectativas que proporcionem a construção de sociabilidade do sujeito, como é o exemplo da educação. Em nossas descobertas, proporcionadas pela presente pesquisa, nos foi possível verificar que há um baixo nível de escolaridade, além de evasão escolar, e isto é atribuído sempre ao adolescente/jovem de forma individual, como um fator singular, sem problematizarmos até que ponto esta parcela de “culpa” recai sobre as instituições de ensino ou a própria Política de Educação. Pois há que se levar em conta a real circunstância que contribui para que esta baixa escolaridade se faça presente na realidade dos adolescentes/jovens em geral e não somente daqueles que se encontram em conflito com a lei. Zaluar (2001) nos auxilia a problematizar outras causas reais que podem levar os adolescentes/jovens das classes subalternas a desistirem da escola, sendo que muitas vezes esses fatores ultrapassam a simples vontade, o querer ou não querer mais frequentar as aulas. Nas palavras da autora:

Entre os motivos para a evasão, é mencionado um conjunto de condições que se adicionam umas às outras para dificultar a continuidade da ida à escola: dificuldades

econômicas ou desemprego dos provedores, mesmo que temporários; conflitos familiares e separações, algumas vezes em referência à violência doméstica; tarefas domésticas assumidas pelas meninas em substituição a mãe que sai para trabalhar fora; ausência paterna, etc.[...]. (ZALUAR, 2001, p.158).

Esse “suporte estrutural”, ou melhor, a falta dele nos ajuda a considerar que o trabalho como uma dimensão social também pode causar sérios problemas aos adolescentes/jovens quando da sua falta de inserção ou da sua precariedade, o que pode ocasionar o contato desses adolescente/jovens com o mundo da criminalidade. Pois como a autora citada frisou, podemos perceber que, quando os genitores estão inseridos no trabalho de forma precarizada ou informal ou não estão inseridos, esse fato reflete diretamente na organização do cotidiano da família e pode levar os adolescentes/jovens a se inserirem no mundo da criminalidade para participarem do mercado. Completamos essa reflexão com as palavras de Sales (2007, p.29):

[...] na impossibilidade de gratificação imediata em termos de consumo, prazer, lazer, reconhecimento social (estimulados pela cultura de massas), devido às dificuldades de acesso a oportunidades sociais (escola, trabalho, remuneração digna, etc.), muitos jovens aderem aos apelos da criminalidade em seus diversos matizes: furtos, assaltos, tráfico, etc.

Também verificamos, em nossa pesquisa, que a maioria dos adolescentes/jovens reiterantes no cometimento de atos infracionais teve suas apreensões resultantes do tráfico de drogas. Tal achado é corroborado por Zaluar (2001, p.158), em sua pesquisa realizada no Rio de Janeiro, e a autora confirma que esses fatores estão intrinsecamente ligados:

A existência de opções de trabalho informal no mercado ilegal das drogas, assim como outros tipos de crimes contra a pessoa e o patrimônio, também contribuem para diminuir, aos olhos dos alunos pobres, a importância da escolarização e das oportunidades de profissionalização que oferece.

Sendo assim, compreendemos que as regulamentações como, por exemplo, o ECA e o SINASE, trazem a ética da abordagem ao adolescente/jovem e a ratificação do sujeito de direitos. Mas até que ponto a ideia de sujeito de direitos perpassa a ideia de que o mesmo seja capaz de tomar suas decisões com autonomia? Como isto é possível quando ele ainda precisa ser tutelado, já que se encontra em uma fase de peculiar desenvolvimento e acessando um serviço que reproduz uma carga de estigmatização, rotulando-o como delinquente? Na verdade, a institucionalização perpassa a ideia da perda total dos direitos do adolescente/jovem, uma vez que no seu cotidiano, no período em que está tutelado, ele recebe um acompanhamento que parte da normativa com enorme carga moralizadora, no sentido do repasse dos códigos de conduta socialmente construídos e impostos. Esta mesma norma preconiza um atendimento que deve acontecer no plano individual, mas que, na prática,

trabalha com a ideia coletiva, central e única do reajustamento de conduta, sem levar em consideração a singularidade de cada realidade que culminou no conflito deste adolescente/jovem com a lei. Tejedadas (2007, p.287) ratifica as implicações negativas da rotulagem que o Sistema Socioeducativo proporciona aos adolescentes/jovens:

[...] o rótulo da reincidência funciona como um condutor para a focalização cada vez maior do Sistema de Atendimento em medidas repressivas, as quais corroboram a manutenção do adolescente no status que lhe é atribuído. Em vez de remeter a problematizações quanto à efetividade do Sistema de Atendimento e das políticas públicas para a juventude, conduz a respostas mais duras quanto aos jovens que compõem o grupo que corresponde ao estereótipo.

Os regimentos citados trazem a ideia de institucionalização no sentido de que, o que a família dos adolescentes/jovens não deu conta de proporcionar será abarcado pelo Estado, através do Sistema de Garantias, mediante a inserção nas políticas públicas (saúde, escolarização, profissionalização), realidade esta que não se efetiva na vida dos adolescentes/jovens. Raichellis (2009, p. 382) nos ajuda a pensar as atuais condições do alcance do Estado quando explica o seguinte: “no âmbito estatal, o retraimento das funções do Estado e a redução dos gastos sociais vêm contribuindo para o processo de desresponsabilização em relação às políticas sociais universais e o consequente retrocesso na consolidação e expansão dos direitos sociais”. Igualmente Volpi (1997, p.20) dá sua contribuição para pensarmos o alcance que deve ter o Sistema Socioeducativo: “os regimes sócio-educativos devem constituir-se em condição que garanta o acesso do adolescente às oportunidades de superação de sua condição de exclusão, bem como de acesso à formação de valores positivos de participação na vida social”.

Diante de tudo o que foi exposto e do que foi observado na construção do presente trabalho, podemos dizer que se torna um desafio ético e ao mesmo tempo profissional, para os profissionais da área de serviço social e que são chamados a operacionalizar os serviços de atendimento aos adolescentes/jovens em conflito com a lei, trabalhar com esses sujeitos numa lógica de emancipação e trabalhá-los como sujeitos de direitos quando há todo um aparato jurídico e estrutural que não investe em medidas reais para que até mesmo os próprios adolescentes/jovens se percebam passíveis de mudança de sua condição de autores de atos infracionais, condição esta que é etiquetada nos adolescentes/jovens que ingressam no Sistema Socioeducativo como se não fizesse parte de uma situação transitória. São colocados como desafios aos profissionais a morosidade e a burocracia, observadas no período do estágio, que resultam em ações fragmentadas, como se fosse possível fragmentar a sociabilidade do usuário do serviço. Impõem-se também limites para o trabalho do assistente

social, que deve estar pautado na geração cada vez mais reduzida de ônus ao Estado, impossibilitando, assim, que a socioeducação alcance o objetivo a que se propôs. Para completar, o profissional do Serviço Social é chamado a trabalhar nesta “estrutura” que caminha ainda num sentido que apresenta muitos resquícios de culpabilização do sujeito, que segue a lógica da punição e marginalização da pobreza, sem causar um impacto positivo na vida dos adolescentes/jovens a quem estes serviços se destinam e para além de quando intitucionalizado. Sendo assim, recorreremos a Yasbek (2004, p.37) para refletir sobre a estrutura estatal atual:

Assim, o ‘modelo’ é um Estado que reduz suas intervenções no campo social e que apela à solidariedade social, optando por programas focalistas e seletivos caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais.

Para finalizar, gostaríamos de salientar a relevância de darmos a necessária atenção aos nossos registros, uma vez que tivemos algumas dificuldades que impossibilitaram um maior alcance, na tentativa de montar um perfil mais fidedigno destes adolescentes/jovens, por não constarem, em suas Fichas de Identificação, informações que nos possibilitariam tal tarefa. Entretanto, segundo Weffort (1996, p.41), “mediados por nossos registros, reflexões, tecemos o processo de apropriação de nossa história, a nível individual e coletivo”, o que nos possibilitará avançarmos cada vez mais e com mais profundidade.

Nesse sentido, esperamos ter alcançado o nosso propósito de discutir a relevância do tema aqui abordado, ou seja, a reiteração dos adolescentes/jovens em conflito com a lei na prática do cometimento de atos infracionais, apesar deste tema não se esgotar com nossa contribuição nesta monografia. Esperamos ainda que esta pesquisa possa servir como base para instigar posteriores trabalhos que abordem sob outros olhares e com outras interpretações o mesmo objeto aqui investigado.

REFERÊNCIAS

- AMIN, Samir. HERRERA, Rémy. A propósito dos motins nos subúrbios franceses. Disponível em: http://resistir.info/samir/samir_dez05.html. Acesso em: 20 maio 2012
- BECKER, Daniel. **O que é adolescência**. São Paulo: Editora Brasiliense S/A, 1999.
- BRASIL. LEI nº 12.594 de 18 de Janeiro de 2012 – dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.
- BRASIL. LEI nº8060 de 13 de Julho de 1990 – dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.
- BRASIL. LEI nº 4.529 de 2004 – dispõe sobre o Estatuto da Juventude.
- BRANDÃO, Elaine Reis. HEILBORN, Maria Luiza. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro, Julho de 2006.
- BUENO, Francisco da Silveira. Minidicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: FTD, 2007.
- CALIARI, Hingridy Fassarella. UM ENSAIO SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE BRASILEIRA. VITÓRIA, Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.
- CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. A invisibilidade da juventude na vida escolar. Disponível em: <HTTP://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectivas.html>. Acesso em: 09 jul. 2012.
- DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES – 20 anos do estatuto/apresentação: Paulo de Tarso Vannuchi e Carmem Silveira de Oliveira. – Brasília, D.F: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.
- FERNANDES, Véra Maria Mothé. **O adolescente infrator e a Liberdade Assistida: Um fenômeno sócio-jurídico**. Rio de Janeiro: CBCISS, 1998.
- FLORIANÓPOLIS: Regimento Interno do PAI – Plantão de Atendimento Inicial, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- LIMA, Fernanda da Silva. Ato infracional e medida socioeducativa de internamento. Disponível em: http://www.ociocriativo.org/artigo_fernanda.pdf. Acesso em: 16 abr. 2012.
- MARGULIS, Mário. URRESTI, Marcelo. La juventude es más que una palabra! Error! Marcador no definido. Disponível em: http://perio.unep.edu.ar/.../margulis_la_juventud.pdf. Acesso em: 24 abr. 2012.
- MARQUES, Daniela de Freitas. **Os atos Infracionais e as medidas sócio-educativas aplicáveis aos adolescentes**. 2012

MORAES, Josiane. **SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E ADOLESCÊNCIA EM CONFLITO COM A LEI: Uma problematização da criminalização do adolescente.** Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

NETTO, José Paulo. **A questão social na América Latina.** In: Revista Temporalis, ano 9. n. 18. Brasília: ABEPSS, 2009.

PASSETTI, Edson. **Violentados: crianças, adolescentes e justiça.** São Paulo: Editora Imaginário, 1999.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria questão social em debate.** São Paulo: Cortez, 2004.

RAICHELLIS, Raquel. **O trabalho do assistente social na esfera estatal.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS – ABEPSS, 2009.

ROSA, Edinete Maria. JÚNIOR, Humberto Ribeiro. RANGEL, Patrícia Calmon. **O Adolescente: A lei e o ato infracional.** Vitória, ES: EDUFES, 2007.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido: Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2008.

SALES, Mione Apolinário. **(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência.** São Paulo: Cortez, 2007.

SALES, Mlone Apolinário. MATOS, Maurílio Castro. LEAL, Maria Cristina. **Política social, família e juventude: Uma questão de direitos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Juarez Cirino dos. O adolescente infrator e os direitos humanos. Disponível em: <http://www.abmp.org.br/acervo.php/>. Acesso em: 09 jul. 2012.

SARAIVA, João Batista. JÚNIOR, Rolf Koerner. VOLPI, Mário. **Adolescentes privados de liberdade: A normativa nacional e internacional e reflexões acerca da responsabilidade penal.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira. **Entre proteção e Punição: O controle sociopenal dos adolescentes.** São Paulo: Editora Unifesp, 2011.

SILVA, Noara Claudinni da. O tempo decorrido nos processos de apuração do ato infracional: Sob as interpretações dos profissionais do Sistema Sócio-Educativo do município de Palhoça/SC. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2008.

SOARES, Luiz Eduardo. BILL, Mv. ATHAYDE, Celso. **Cabeça de porco.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SILVA, Carmem Lúcia da. MORAES, Josiane. SILVA, Telviana Domingues da. **O centro de Internação feminino de Santa Catarina: Reflexões sobre a medida privativa de liberdade.** Florianópolis, 2009.

TEJADAS, Silvia da Silva. **JUVENTUDE E ATO INFRACIONAL: As múltiplas determinações da reincidência.** Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

VERONESE, Josiane Rose Petry. SOUZA, Marli Palma. MIOTO, Regina Célia Tamaso. **INFÂNCIA e ADOLESCÊNCIA, o conflito com a lei: algumas discussões.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

WEFFORT, Madalena Freire. **O registro e a reflexão do educador:** reflexão e formação do processo dialético de pensar a realidade. 1996.

YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social; Expressões da Questão Social no Brasil. Temporalis. Ano 11, n. 3, 2. ed. 2004.

ZAGURY, Tânia. **O Adolescente por ele mesmo.** Rio de Janeiro: Record, 1996.

ZALUAR, Alba. LEAL, Maria Cristina. Violência extra e intramuros. RBCS vol.16, n. 45, 2001.

Zaluar, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. Estudos Avançados, 2007.

ANEXOS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE ADMINITRAÇÃO SOCIOEDUCATIVA
PLANTÃO DE ATENDIMENTO INICIAL – PAI

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

Nome:		Apelido:
Data de Nascimento:	Idade:	Cúpis:
Cidade onde nasceu:		
Endereço Atual:		
Bairro:	Cidade:	Estado:
Ponto de Referência:		
Telefones:	Falar com:	
Nome do Pai:		Idade:
Profissão:	Local de trabalho:	
Nome da mãe:		Idade:

Profissão:		Local de trabalho:	
Nome do esposo:			
Reside com:		Período:	
Endereço dos responsáveis:			
Bairro:	Cidade:	Estado:	
Ponto de Referência:			
Escolaridade:		Lê e escreve:	
Atualmente estudava:	Com que idade parou de estudar:		
Caso não esteja estudando qual foi a motivação para ter parado:			

Onde Estuda ou Estudou:		
<i>Trabalha/Trabalhou:</i>	Local:	Período:
CN:	RG:	CPF:
<i>Título de Eleitor:</i>	Carteira de Trabalho:	

<i>Problema de saúde:</i>	Qual:
Toma Medicação:	Qual:
Faz uso de drogas:	Qual:
Observações quanto ao uso de drogas:	

Motivo do encaminhamento:

Boletim de ocorrência n°:

MBA n°:

Encaminhado pelo:

Autos n°:

Comarca:

Data que ficou privado de liberdade:

Período que ficou na Delegacia:

Período que ingressou no PAI:

Completa 45 dias em:

Observações acerca da mse:

Já esteve privado de liberdade antes:

Instituições que já esteve:

Visitas autorizadas:

Data de desligamento do PAI:

Encaminhado para:

Observações:

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA

PLANTÃO DE ATENDIMENTO INICIAL - PAI

Composição familiar

[illegible]

Observações: